



Universidade de Brasília (UnB)

Campus Darcy Ribeiro

Sociologia

Fabricio Pupo Antunes

**Gênero e Sexualidade em tempos de pânico moral:
uma análise dos desafios docentes em Sociologia nos ambientes escolares da região
Centro-Oeste**

Brasília

2025

Fabricao Pupo Antunes

**Gênero e Sexualidade em tempos de pânico moral:
uma análise dos desafios docentes em Sociologia nos ambientes escolares da região
Centro-Oeste**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de Sociologia da Universidade de
Brasília como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Cigales

Brasília
2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Macelo Cigales pelas intervenções, sugestões e oportunidades de aprendizado na produção e orientação deste trabalho, sempre com partilhas gentis e com muita sabedoria.

Ao Prof. Dr. Tiago Duque pelas orientações, apoio, trocas e ensinamentos sensíveis relacionados aos assuntos da academia e da sociedade.

Ao Prof. Dr. Ivo Leite pelo incentivo e pelo exemplo de trabalho incansável pela educação e ciência desde a educação básica.

Às professoras Dra. Berenice Bento e Dra. Tânia Mara Campos, importantes referências na produção das pesquisas que desenvolvi e pela gentileza no aceite para participação na banca avaliadora deste trabalho.

Aos meus pais e amigos, companheiros de trajetória, pelas discussões e experiências pautadas pela esperança de uma sociedade livre, democrática e justa.

“A sexualidade não é um problema a ser resolvido, mas uma realidade a ser compreendida e respeitada. A pedagogia precisa ser sensível às existências que a norma tenta apagar.”

Guacira Lopes Louro

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo a análise dos desdobramentos do atual contexto de “pânico moral” e os desafios impostos aos docentes em Sociologia no ensino de gênero e sexualidade frente à mobilização dos diferentes grupos conservadores que afetam o ambiente escolar na região Centro-Oeste. Para tal, a pesquisa foi dividida em três capítulos, iniciando com uma apresentação do contexto histórico em torno da temática com enfoque nos marcos relacionados aos documentos curriculares, posteriormente foi realizada uma investigação de como o debate em torno de gênero e sexualidade tem sido elaborado nas Ciências Sociais, com foco na análise do conceito de “pânico moral”, fundamental para entender a dinâmica a qual a temática está submetida, no terceiro e último capítulo, a fim de entender a perspectiva docente diante do atual momento, foram recolhidos dados de entrevistas de professores da região Centro-Oeste, foram recolhidas ao todo dez entrevistas, sendo cinco de mulheres e cinco de homens. O presente trabalho irá abordar também a trajetória desse atual contexto de “pânico moral” vivenciado no Brasil, caracterizado pela existência de um discurso de que a sociedade está constantemente ameaçada por uma suposta “ideologia de gênero” em diálogo direto com autores nacionais e internacionais. Por meio da utilização da técnica de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin, foi possível apontar para o fato de que os desafios do ensino de gênero e sexualidade na disciplina de Sociologia, giram em torno de questões como: a relação desgastada e conflituosa dos diferentes agentes que compõe o ambiente escolar; o medo da perseguição e o silenciamento diante de temáticas consideradas polêmicas; a falta de preparo teórico na licenciatura para realizar as abordagens em sala de aula. Apesar dos desafios atrelados a um momento conturbado que tem atingido, sobretudo, as sociedades ocidentais, alguns relatos parecem também apontar caminhos para uma escola em que gênero e sexualidade seja passível de reflexão e discussão.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Pânico Moral; Ensino de Sociologia

ABSTRACT

This paper aims to analyze the developments of the current context of “moral panic” and the challenges imposed on Sociology teachers in teaching gender and sexuality in the face of the mobilization of different conservative groups that affect the school environment in the Central-West region. To this end, the research was divided into three chapters, beginning with a presentation of the historical context surrounding the theme, focusing on milestones related to curricular documents. Subsequently, an investigation was carried out into how the debate surrounding gender and sexuality has been elaborated in the Social Sciences, focusing on the analysis of the concept of “moral panic”, fundamental to understanding the dynamics to which the theme is subjected. In the third and final chapter, in order to understand the teaching perspective in the current moment, data were collected from interviews with teachers from the Central-West region. In total, ten interviews were collected, five with women and five with men. This paper will also address the trajectory of this current context of “moral panic” experienced in Brazil, characterized by the existence of a discourse that society is constantly threatened by a supposed “gender ideology” in direct dialogue with national and international authors. Through the use of the content analysis technique proposed by Laurence Bardin, it was possible to point to the fact that the challenges of teaching gender and sexuality in the discipline of Sociology revolve around issues such as: the worn-out and conflicting relationship between the different agents that make up the school environment; the fear of persecution and silencing in the face of topics considered controversial; the lack of theoretical preparation in undergraduate courses to carry out approaches in the classroom. Despite the challenges linked to a turbulent time that has affected, above all, Western societies, some reports also seem to point to paths for a school in which gender and sexuality are subject to reflection and discussion.

Key words: Gender; Sexuality; Moral Panic; Sociological Teaching

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Referencial teórico e metodológico.....	12
2. DESENVOLVIMENTO.....	15
2.1 O contexto histórico de gênero e sexualidade na educação a partir dos documentos curriculares.....	15
2.2 Gênero e Sexualidade na escola sob a perspectiva da Ciências Sociais.....	26
2.3. O ensino de Sociologia e os desafios relacionados à região Centro-Oeste.....	35
3. RESULTADOS.....	40
3.1 Análises das entrevistas.....	40
3.2 Análise dos dados.....	59
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66

1 INTRODUÇÃO

As questões de gênero e sexualidade enfrentam muitas barreiras em relação à sua discussão, principalmente no âmbito escolar. O preconceito com as vivências fora da heteronormatividade, pode produzir o silenciamento dos professores diante das manifestações vivenciadas nas escolas, seja por medo ou falta de informação.

É cada vez mais notório a potencialização do discurso de que escola, gênero e sexualidade devem constituir instâncias separadas. A crescente onda de movimentos de extrema-direita vivenciada no país têm muitas vezes motivado a perseguição aos professores sob acusação de doutrinação política, além de reforçar a pauta de que na escola não se deve discutir gênero e sexualidade, promovendo também um silenciamento e uma aversão diante das diferenças. A perseguição a esses temas, como também às questões étnico-raciais, às temáticas de crise climática, religiosidade parece constituir o atendimento às pautas da bancada religiosa cristã representante de uma parte da população apoiadora de preceitos morais ligados à extrema direita. Nesse sentido, esses não seriam temas passíveis de discussão no ambiente escolar.

Segundo Messenberg e Camargos (2024, p. 20):

A propaganda fascista fomenta o medo, ao apresentar o caos como uma ameaça inevitável e inexorável. Não é à toa que a propaganda bolsonarista insiste na denúncia da proximidade de catástrofes de algum tipo, espalhando o pânico moral e material.

É possível notar um ganho de força desse discurso a partir de 2011, quando o debate em torno do Plano Nacional de Educação ficou marcado pelos ataques ao chamado “Kit Gay” e à “ideologia de gênero”, termos que ainda são amplamente utilizados pela Frente Parlamentar Evangélica e outros movimentos conservadores. Segundo Maranhão, Coelho e Dias (2018), os ataques objetivavam causar um sentimento de terror social pelo suposto extermínio da “família tradicional brasileira”, a necessidade de proteção das crianças diante de uma suposta sexualização e erotização, além de colocar toda a discussão que envolve a temática como uma suposta quebra da “lei natural”. Tal discurso foi constantemente evocado ao longo dos últimos anos no Brasil e foram decisivos principalmente na eleição de 2018, na qual o candidato à presidência Jair Bolsonaro foi responsável por uma série de episódios veiculados em sua campanha, em um deles o então presidencializável diz, em rede nacional que:

Ninguém quer chegar e encontrar o filho Joãozinho de sete anos de idade brincando de boneca por influência da escola... Descobri a p(*) do kit gay, desculpa o linguajar aqui, e resolvi mostrar. Era inclusive para filho de pobre porque era pra

escola pública depois iria pra privada. No intervalo, vai o Pedrinho namorar o Joãozinho, a Mariazinha namorar a Joaquina (UOL Notícias, 2018).

Essa visão reforça, entre outras coisas, a concepção de que a sexualidade é tratada como uma questão íntima e pessoal, e que a escola, enquanto um ambiente social voltado para a formação da vida em sociedade, deveria se manter distante de temas considerados controversos. Dessa forma, ao delegar à família a responsabilidade de educar sobre gênero e sexualidade, retira-se da escola e da atuação da/o professora/or a chance de promover reflexões sobre as diferenças, justamente em um espaço que, por sua natureza, é produtor dessas diferenças.

Segundo Butler (2024), a poderosa acusação de que a abordagem de gênero e sexualidade na escola coloca em risco a vida das crianças ou que seria responsável pela destruição da instituição familiar, corresponde a uma sintaxe inflamada, evocada por aqueles que se comprometeram com a erradicação do gênero, seja da palavra, do conceito, do campo acadêmico e dos movimentos sociais que dele derivaram.

É evidente que tais discursos e acusações parecem atingir de maneira mais acintosa as disciplinas de Ciências Humanas, justamente por abordarem a temática com maior frequência. É nesse contexto que o professor, sobretudo de Sociologia, parece se constituir como figura central em meio a esse conflito. À medida que tais desafios vão sendo impostos se restringem também as possibilidades do professor abordar estes fenômenos sociais, comprometendo assim a construção de uma sociedade mais justa e igualitária pautada por uma formação integral e no exercício da cidadania (Sevilla & Seffner, 2017).

Todas essas atuais configurações, se constituem como dispositivos do que Miskolci (2007, p. 103) classifica como um “mecanismo de resistência e controle da transformação societária”, conhecido como “pânico moral”. Conforme apontado por Fernando Balieiro (2018), “o disparar do pânico moral serviu ao impedimento da apreensão racional dos eventos, distorcendo-os, contribuindo para a disseminação de preconceitos, reiterando perseguições agressivas a alvos momentâneos”.

Balieiro (2018) destaca ainda que a partir da construção de uma narrativa de defesa da criança, os adversários do respeito e inclusão da diversidade sexual e do gênero, conseguiram barrar iniciativas de combate à homofobia nas escolas, como também impediram o uso do termo gênero nos planos educacionais, além de promoverem uma perseguição a professores que fizessem a discussão em sala.

Nesse sentido, entender os desafios e práticas docentes no ensino de Sociologia frente ao avanço de grupos conservadores no atual cenário de pânico moral que assola o ambiente

escolar no que diz respeito às temáticas de gênero e sexualidade, torna-se um ponto fundamental na busca por uma escola mais acolhedora e pautada nas diferenças. Partindo dos fatos supracitados, esse trabalho propõe uma pergunta central que servirá como problema de pesquisa: quais são os desafios docentes em Sociologia no ensino de gênero e sexualidade nas escolas do Centro-Oeste, no contexto de “pânico moral”?

Sendo assim, o trabalho tem por objetivo principal analisar os desdobramentos do atual contexto de “pânico moral” e os desafios impostos aos docentes em Sociologia no ensino de gênero e sexualidade frente à mobilização dos diferentes grupos conservadores que afetam o ambiente escolar. Tendo como base esse objetivo central, chegou-se aos específicos que correspondem também a forma como esse trabalho foi estruturado, são eles: a) Apresentar o contexto histórico do ensino de gênero e sexualidade no Brasil a partir dos documentos curriculares; b) Evidenciar como o debate sobre gênero, sexualidade e educação ocorre nas Ciências Sociais; c) Analisar os desafios do ensino de gênero e sexualidade nas aulas de Sociologia, sob a perspectiva docente.

Partindo da exposição do problema de pesquisa e dos objetivos que envolvem esse trabalho, é fundamental entender os fatos que fazem com que as discussões aqui propostas sejam carregadas de relevância sociológica e política. É importante citar que entrei em contato com essa temática de pesquisa ainda no Ensino Fundamental, quando fui instigado a elaborar um projeto de pesquisa por meio de uma metodologia científica, cabe citar que durante minha trajetória estudantil, tive o privilégio de estudar como bolsista em colégios particulares que possuíam estrutura e amparo para que eu pudesse desenvolver trabalhos voltados para a Iniciação Científica, contando com apoio da coordenação e do corpo docente. Foi durante o exercício de refletir sobre algum possível problema de pesquisa em nosso ambiente escolar que pude observar algumas situações de violência e preconceito experienciadas por colegas em sala de aula, me senti motivado e inspirado a trabalhar com gênero e sexualidade.

Entre os anos de 2017 e 2020 elaborei três pesquisas, duas delas como bolsista PIBIC Jr do CNPq e sob orientação do Prof. Dr. Tiago Duque (UFMS). A primeira delas consistiu em um estudo dos conceitos de sexo, gênero e orientação sexual tendo como base uma análise literária do livro “A Garota Dinamarquesa”, a partir questões levantadas decidi, nos anos de 2018/2019, analisar relatos de jovens dissidentes de gênero e sexualidade nas escolas de Mato Grosso do Sul, os resultados dessa pesquisa me levaram a trabalhar na análise dos desafios e percepções de professores nas escolas públicas e privadas do estado.

Na trajetória do desenvolvimento dessas três pesquisas pude analisar relatos de diferentes agentes das escolas do Mato Grosso do Sul, o que me fez refletir sobre a urgência do debate sobre gênero e sexualidade na sala de aula, bem como também, a reflexão sobre como essa temática tem sofrido ataques constantes de determinados grupos políticos-ideológicos, sendo alvo de censura. Tais ataques e tentativas de silenciamento passam pela figura dos professores, gerando tensão e apreensão sobre o que pode ou não ser abordado nas aulas (Antunes & Duque, 2021).

A temática de gênero e sexualidade no Brasil comumente foi vista como um “assunto sensível”. No entanto, dados alarmantes relacionados ao ambiente escolar reforçam a necessidade de se fazer a abordagem desse tema na educação básica, sobretudo quando se volta a atenção para os índices de evasão escolar dos jovens LGBTQIA+, é fato que a escola é ainda hoje um espaço produtor de desigualdades, hostil e violento para com os jovens dissidentes, garantir a discussão do tema nos diferentes espaços escolares pode ser importante no sentido da busca por uma escola mais justa e democrática.

É importante citar que essa pesquisa foi elaborada por reflexões e questões levantadas durante o processo de desenvolvimento do projeto de extensão “A docência em Sociologia frente aos desafios do racismo e do sexismo na escola brasileira”, vinculado ao projeto de pesquisa “A construção da identidade profissional docente em Sociologia frente aos desafios curriculares e pandêmicos no Brasil” sob responsabilidade de Marcelo Pinheiro Cigales, que buscou investigar os fatores predominantes na constituição das identidades profissionais dos professores de Sociologia no Brasil considerando possíveis impactos da reforma do Ensino Médio, da BNCC e do ensino remoto emergencial, evidenciando também como os agenciamentos docentes se articulam com a constituição de suas identidades profissionais. Cabe citar que tal pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília, submetida a Plataforma Brasil sob o parecer número 5.567.661.

Participei desta pesquisa após ser selecionado como bolsista de extensão do Edital Licenciaturas em Ação da UnB 2024, durante os meses de abril a novembro pude contribuir com a condução de entrevistas e realização de transcrições com professoras e professores de diferentes regiões do Brasil, além de ter tido a oportunidade de participar do VI Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS), realizado em Belo Horizonte. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa e realização de entrevistas foi possível notar que, quando instigados a citar um tema em que teve dificuldade de abordar ao longo de sua atuação como docente, a grande maioria das/os professoras/es citou a abordagem de gênero e sexualidade em sala de aula como um grande desafio. Em muitos

relatos pôde ser observado a apreensão com a situação atual de perseguição a determinadas temáticas. O constante embate com agentes do espaço escolar provoca, muitas vezes, o silenciamento dos docentes fazendo com que esse tema não apareça da maneira adequada na escola.

Além disso, a grande maioria dos professores citaram o fato de que em seus cursos de licenciatura a temática raramente aparece, presente apenas em algumas poucas matérias optativas ou em grupos de pesquisa, cabendo ao professor a iniciativa de buscar uma formação mais completa, por meio de uma especialização, cursos de pós-graduação entre outras possibilidades. Pode-se perceber, portanto, que essa ainda não é uma temática presente no currículo acadêmico dos cursos de Sociologia pelo Brasil.

Como problema social, a temática do gênero e sexualidade no ensino de Sociologia é atravessada por diferentes questões: nesse sentido, o debate em relação à evasão dos jovens dissidentes de gênero e sexualidade se faz necessário, segundo pesquisa realizada pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil em 2022, 82% das pessoas trans abandonam o Ensino Médio entre os 14 e os 18 anos, por exemplo, além disso apenas 0,02% dessa população acessou o Ensino Superior. Outra questão fundamental nessa abordagem diz respeito à própria violência encontrada no cotidiano escolar, segundo dados da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (ABGLT) em pesquisa realizada em 2016, cerca de 73% dos jovens LGBTQIAP+ já sofreram algum tipo de agressão na escola. Evidentemente que refletir sobre essas questões pode se configurar como importante exercício para a luta por um amplo acesso da educação básica, além da proposição de um ambiente escolar mais acolhedor, democrático e justo para todas as possibilidades de vivência e manifestações do gênero e sexualidade.

Por sua vez, como problema sociológico, a temática está diretamente atrelada aos desafios da docência em Sociologia no Brasil, atravessada pelo crescimento dos discursos de ódio em relação às temáticas politizadas pelos grupos conservadores, que parecem ser cada vez mais presentes conforme exposto por Judith Butler em seu livro “Quem tem medo do gênero” (2024) a criação e circulação de um verdadeiro “fantasma do gênero”, operacionalizado pelos diferentes poderes - Estados, igrejas e movimentos políticos, para aterrorizar a população de modo que aceitem a censura externalizem seu medo e ódio contra comunidades vulneráveis. A criação desse fantasma, que segundo Butler (2024) corresponde na realidade a um “cenário fantasmático”, é antes de tudo uma forma de organizar o mundo. Nesse sentido, o cenário antigênero em curso tem causado danos, tendo como um dos seus

pilares fundamentais a luta para derrubar práticas, instituições e políticas que revisaram e expandiram a liberdade e a igualdade.

Para Butler (2024), o desafio que se apresenta para nós é tentar de alguma forma entender essa escalada, que é caracterizada por seu ritmo acelerado, bem como compreender essa combinação de perigos potenciais e literais. E além disso, questionar de que forma podemos impedir que o atual cenário chegue ainda mais próximo da erradicação da justiça reprodutiva, dos direitos das mulheres, dos direitos da comunidade LGBTQIA+ e de todos os esforços para alcançar a justiça sexual e de gênero.

1.1 Referencial teórico e metodológico

A análise do atual cenário global realizada por Butler (2024) dialoga diretamente com os acontecimentos políticos e sociais no Brasil da última década. Segundo Miskolci (2018), o cenário brasileiro tem sido marcado pelo surgimento de grupos que se organizam e se pautam por uma política de aversão às diferenças e que se opõem às modificações nas hierarquias de gênero e à luta por uma maior visibilidade da diversidade sexual. É nesse sentido que a democracia brasileira parece ser a todo momento ameaçada por uma espécie de poder de interpretação da realidade que se baseia na criação, resumindo o mundo a uma visão dividida entre “os de bem” e os “do mal”, associando determinados problemas sociais à grupos de inimigos imaginários em que se encaixam as universidades públicas, professores e minorias sociais (Miskolci, 2018).

Segundo Butler (2024), o ódio dessa campanha moral é reforçado e racionalizado pela retidão moral e todas as vidas destruídas e prejudicadas por esses movimentos são apresentadas como verdadeiras agentes da destruição.

Muitos autores passaram a entender o Brasil como estando inserido em um contexto de “pânico moral”, conceito citado pela primeira vez por Stanley Cohen (1970) e que foi aplicado inicialmente na área da criminologia, mas que, no entanto, passou a ser utilizado em outras áreas do conhecimento e serve para explicarmos a forma como esse medo é operacionalizado. Para Cohen, ele é operado em três instâncias: a primeira delas diz respeito a uma grande especulação de um tema que é gerido por um conjunto de mídias, a segunda é caracterizada por um grupo que tem como objetivo mudar as normas sociais e sobretudo, a forma como elas são aplicadas e a terceira instância corresponde ao grupo que será atacado, hostilizado e subjugado a um processo de ira popular.

Segundo Stanley Cohen (1972, p. 9):

[algo] passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa: as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorrem-se a formas de enfrentamento ou procura-se desenvolvê-las.

Sob tal perspectiva, o presente trabalho irá abordar também a trajetória desse atual contexto de “pânico moral” vivenciado no Brasil, caracterizado pela existência de um discurso de que a sociedade está constantemente ameaçada por uma suposta “ideologia de gênero”.

A metodologia utilizada no trabalho será a análise de conteúdo, segundo Laurence Bardin, este método “corresponde a um conjunto de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos” (Bardin, 2011, p. 15). Sendo assim, ele será dividido em três etapas: A primeira delas corresponde a fase da pré-análise que também pode ser entendida como a fase de organização, a etapa em que os documentos são escolhidos, as hipóteses são formuladas e por meio da leitura flutuante, os objetivos da pesquisa são formulados. A segunda etapa consiste na exploração do material, que segundo Bardin (2011, p. 131) diz respeito, essencialmente, a codificação, enumeração ou decomposição tendo como base as regras previamente formuladas. Por fim, a última etapa corresponde propriamente ao tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, sendo assim, “os resultados são tratados de maneira a serem significativos e válidos” (Bardin, 2011, p. 131). Nesse processo final, o analista poderá, a partir de resultados significativos, propor inferências e adiantar interpretações a propósitos dos objetivos previstos.

A análise de conteúdo será relevante também para a criação de categorias de análise sobre as principais dificuldades dos docentes de Sociologia frente ao trabalho com a temática de gênero. Para isso, algumas categorias serão propostas para a presente análise, principalmente em relação à trajetória educacional e profissional dos docentes levando em consideração o contexto de “pânico moral” disseminado no contexto político brasileiro.

É importante citar que foram realizadas cinquenta e duas entrevistas, para o estudo foram escolhidas dez entrevistas de modo a tentar abarcar distintos marcadores sociais da diferença. As entrevistas selecionadas correspondem a todas/os professoras/es que lecionam no Centro-Oeste, foi feito um recorte tendo em vista a escassez de dados que dizem respeito a forma como temática de gênero e sexualidade é abordada em sala de aula e sobre quais são os desafios que estão relacionadas a ela na região.

Este trabalho foi dividido em três capítulos, sendo o primeiro deles, destinado a uma abordagem ao contexto histórico do ensino de gênero e sexualidade no Brasil, por meio

principalmente dos documentos curriculares que surgiram ao longo das últimas décadas, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o Programa Brasil Sem Homofobia (Brasil, 2004) e o Projeto Escola Sem Homofobia que recebeu a alcunha de “Kit gay” por movimentos conservadores e que foi alvo de diversas manifestações públicas e inverdades por parte do ex-presidente da República Jair Bolsonaro que durante sua campanha “desmascarou”, o material que, segundo ele, estava sendo distribuído nas escolas brasileiras no jornal de maior audiência do país. Livros que, conforme expresse diversas vezes pelo então candidato, pareciam se tratar de uma: “Coletânea de absurdos que estimula precocemente as crianças a se interessarem por sexo. É uma porta aberta para a pedofilia” (Gazeta do Povo, 2018). E que teriam sido comprados pelo governo petista e distribuídos amplamente nas escolas, o que foi evidentemente desmentido pelos órgãos competentes. Também serão analisados os embates em torno do atual Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) e a mais recente discussão em torno do corte da temática na BNCC em 2018.

Posteriormente, serão apontadas as formas sob as quais a discussões de gênero e sexualidade estão sendo debatidas dentro do escopo das Ciências Sociais, utilizando como principais referências Judith Butler, trabalhando com os principais conceitos em torno de temática de gênero e sexualidade, bem como sua atual discussão em torno da perseguição do tema no cenário global em um contexto do qual autora classifica como “cenário fantasmático” (Butler, 2024), que tem cada vez mais mobilizado pessoas em contraposição à pautas progressistas por meio do medo e do pânico.

Em seu último capítulo, o trabalho analisa dez entrevistas de docentes em Sociologia da região Centro-Oeste em diálogo direto com pesquisadores brasileiros contemporâneos que trabalham com as questões que envolvem gênero, sexualidade na educação brasileira, são alguns deles: Richard Miskolci e Jorge Leite Júnior (2014), Guacira Lopes Louro (2017), Larissa Pelúcio (2014), Fernando Balieiro (2014) e Marlucy Alves Paraíso (2017).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O contexto histórico de gênero e sexualidade na educação a partir dos documentos curriculares

Diante dos fatos supracitados, pode-se entender que a discussão sobre gênero e sexualidade nas escolas brasileiras se constitui, ao longo da história, como um grande desafio ao trabalho docente. É evidente que o atual contexto de ataques fervorosos e cada vez mais frequentes à temática está atrelado a um conjunto amplo e complexo de avanços e retrocessos experienciados nas inúmeras turbulências políticas e sociais vivenciadas no Brasil desde a redemocratização. Nesse sentido, é preciso contextualizar a maneira como a temática apareceu nos últimos anos e as conquistas relacionadas a ela tendo como base a reformulação educacional promovida nos últimos anos e a elaboração de diferentes documentos curriculares, além de abordar as consequentes polêmicas que foram suscitadas ao longo do tempo e que colocaram em cheque sua discussão na escola.

Iniciando a discussão a partir de um dos marcos da reformulação educacional, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 que passa a definir e regulamentar a organização da educação no Brasil, embora a LDB não referencie explicitamente a abordagem de gênero e sexualidade, ela aponta para a necessidade de incluir nos currículos didáticos, de maneira transversal, discussões relacionadas aos direitos humanos e também a prevenção de violência contra crianças e adolescentes. Nesse sentido, a LDB reforça a importância de um ensino pautado no “respeito à liberdade e apreço à tolerância” impulsionando “laços de solidariedade humana e tolerância recíproca”. Além disso, a lei exige o ensino de “Ciências Humanas e sociais aplicadas” para o Ensino Médio.

Em 1997, outro importante marco foi elaborado, os Parâmetros Curriculares Nacionais, que são diretrizes que orientam a educação no Ensino Fundamental no Brasil apontando segundo o documento: “metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres”. Em seu décimo volume os PCNs sugerem questões como orientação sexual, tolerância, discriminação e estereótipos nos relacionamentos, HIV/AIDS e gravidez na adolescência, além de sugerir as disciplinas em que tais discussões poderiam ser incluídas. Já no nono volume relacionado a saúde, incentiva a inclusão da educação sobre gênero e sexualidade tendo em vista o entendimento de que “não se pode compreender ou transformar

a situação de saúde de um indivíduo ou de uma coletividade sem levar em conta que ela é produzida nas relações com o meio físico, social e cultural” (PCNs, 1997, p. 66-67).

Pode-se perceber a partir das propostas apontadas, um processo de abertura em que a discussão de gênero e sexualidade na escola parecia se desprender cada vez mais do viés biologizante, propondo uma análise por meio também de fatores sociais e culturais.

É fato que os avanços no combate à desigualdade, à intolerância, a maior garantia de acesso à educação são conquistas ainda recentes na história brasileira, iniciadas ainda no período de redemocratização pós Constituição de 1988, mas que só ganharam uma força nas transformações sociais iniciadas a partir de 2003, por meio das quais ocorreu uma ampliação dos direitos estabelecidos pela Constituição com a elaboração de diferentes políticas públicas e projetos de redistribuição de renda. É nesse mesmo período que diferentes demandas dos movimentos sociais e minorias passam a ser exigidas. Segundo Sevilla e Seffner (2017) é nesse momento que ocorre no país um esforço na busca por direitos civis e sociais de grupos marginalizados e minorias, o que culminou na luta pelo direito à educação, tendo como principal resultado a recente universalização da escola básica.

Para que o sonho de uma sociedade cada vez mais justa, democrática e acolhedora às diferenças se tornasse realidade, era preciso garantir que a escola formasse, de fato, cidadãos, por meio da formação continuada de professores e a inclusão de temas que pautassem uma formação mais integral no currículo. Segundo Sevilla e Seffner (2017, p. 3):

Assim, a escola passou a ser cada vez mais entendida como espaço de formação para a cidadania e precisava lidar com um número de alunos/as cada vez mais diversos e que passavam a integrar esse ambiente que durante muito tempo foi para poucos, para aqueles que se enquadravam nas normas vigentes e desejáveis.

Segundo Vanessa Leite (2019), as discussões relacionadas à gênero e sexualidade na escola ganharam determinada ênfase nas políticas de educação de maneira mais ampla no início dos anos 2000. Em 2004, foi criado no Ministério da Educação (MEC) a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), que desenvolveu um conjunto de processos voltados à formação de professores nos temas de gênero, sexualidade e diversidade sexual, tendo como referências os projetos “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE) e “Saúde e Prevenção nas Escolas”, este último se trata de um material produzido pelo MEC em conjunto com o Ministério da Saúde.

A partir desses projetos e também por meio de uma maior conexão do Ministério da Educação com diferentes movimentos sociais, incluindo o movimento LGBTQIA+, foi

realizado o Projeto Escola sem Homofobia (ESH). O projeto em questão, além de ser responsável pela elaboração de importantes dados relacionados a abordagem de gênero e sexualidade nas escolas, consistia em um material didático composto por um caderno e seis boletins destinados aos estudantes, cada um abordando um assunto relacionado ao tema da sexualidade, da diversidade sexual e do combate a homofobia além de um material audiovisual. Tal material suscitou, como exposto por Leite (2019), uma série de polêmicas por todo o país, evidenciada pela mídia, com a divulgação de parte do material, especialmente os vídeos, ao público.

Evidentemente que a repercussão fez com que diversos atores se posicionassem diante do processo em questão, provocando um aumento da recorrência de pautas conservadoras no Congresso Nacional. Ainda segundo Leite (2019) a primeira divulgação dos resultados do ESH ocorreu em novembro de 2010, no Seminário Escola Sem Homofobia realizado no Congresso Nacional, na ocasião, ao saber do evento, o então deputado Jair Bolsonaro ao saber da atividade, passa a incluir o projeto em seus discursos de sessões na Câmara, se tornando o maior inimigo público do projeto e das discussões de gênero e sexualidade, posição que na qual fez questão de ressaltar ao longo de sua campanha para Presidência da República tanto em 2018 e em 2022.

Em seu primeiro discurso com referência ao projeto, Bolsonaro destaca o fato de ter ocorrido uma reunião no Congresso em que teria sido apresentado um material de combate à homofobia, mas que nas palavras dele se tratava de “um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade.”

A fala de Bolsonaro parece não só ter inaugurado politicamente seu posicionamento contrário a temática, como também o de uma série de outros personagens e movimentos que se tornam centrais na discussão, a repercussão gerada pelo episódio e uma série de outros que viriam, fizeram com que a extrema-direita percebesse a oportunidade política de utilizar o discurso de ódio ao gênero a seu favor. Ainda em 2014, sob contexto da elaboração e tentativa de aprovação de um novo Plano Nacional de Educação, católicos, evangélicos e movimentos conservadores superaram suas diferenças para criação de uma aliança tendo como objetivo a derrubada da proposta do Governo Federal para o PNE e a consequente eliminação de qualquer referência a gênero na educação.

O PNE 2014-2024 agrupa diretrizes e metas para a educação brasileira, com a expectativa de serem alcançadas no decorrer da década de 2014 a 2024, essas diretrizes que compõe o documento estão alocadas em quatro eixos: a “garantia do direito à educação básica, redução das desigualdades e valorização da diversidade, valorização dos profissionais

da educação e metas para o ensino superior” (Ministério da Educação, 2014). No entanto, conforme exposto por Rafaella Borges e Zulmira Borges (2018) o PNE sofreu significativas alterações enquanto projeto de lei por intermédio de emendas, principalmente no eixo “redução das desigualdades e valorização da diversidade, o que resultou na modificação que tinha como base a promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, para “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”.

Conforme expresso por Rafaella Borges e Zulmira Borges (2018, p. 3):

A mudança no eixo da redução das desigualdades desencadeou o início de uma polêmica que durou meses. Nesse cenário e como um efeito dominó, no final do primeiro semestre de 2015, data limite para formulações/adequações dos demais planos, assistiu-se pela mídia à retirada maciça, em diversos planos estaduais e municipais de educação, de questões relativas a gênero e sexualidade, reacendendo a polêmica sobre a inclusão dessas questões em plenários de câmaras municipais e assembleias legislativas do Brasil.

Nesse sentido, a mudança do eixo de redução das desigualdades resultou na formação de uma polêmica já nos primeiros meses de 2015, o que teve como conclusão a retirada de questões relacionadas a gênero e sexualidade de diversos planos estaduais e municipais. É preciso citar que é nesse momento que a categoria “ideologia de gênero” passa a ser mobilizada como principal argumento dos diferentes grupos conservadores e religiosos.

É também nesse período que se pode observar o ganho de força de movimentos políticos e sociais que vão operacionalizar o que se pode classificar como “pânico moral”, sobretudo pelo fato de que são a partir das discussões em torno do projeto do PNE que os grupos passam a se organizar e passaram a divulgar vídeos e mensagens com informações falsas com caráter alarmista sobre o que chamaram de uma “ideologia de gênero” que poderia se instalar e se consolidar nas escolas.

Segundo Luis Felipe Miguel (2016, p. 612):

A vitória conservadora no Plano Nacional de Educação, em 2015, foi constantemente evocada como sendo um veto terminante a qualquer iniciativa em prol da igualdade de gênero e do respeito à diversidade sexual. A tribuna da Câmara foi usada para denunciar livros didáticos que “corrompem pela ideologia de gênero”, mas que foram recomendados pela comissão do Ministério da Educação que selecionou obras a serem adotadas nas escolas.

Os inúmeros avanços nos direitos sociais experienciados ao longo da primeira década do século XXI foram vistos como uma afronta a determinados grupos políticos, tal lógica começou a se tornar ainda mais visível ao longo do Governo de Dilma Rousseff, em que o Congresso Nacional passa a ser marcado pelo neoconservadorismo religioso, com uma agenda de ataque direto, em oposição aos movimentos feministas e LGBTQIA+.

Muitos fatores explicam essa guinada em direção a um maior conservadorismo no Brasil, mas segundo Elizabeth Lima e Isabelly Lima (2020), um dos principais motivos é o início da propositura “irmão vota em irmão” protagonizada pela bancada religiosa do Congresso Nacional, em que se criou, principalmente dentro das igrejas, uma lógica de que era preciso colocar representantes da igreja nas diferentes posições políticas para que esses pudessem representar os conservadores nas grandes tomadas de decisão política. A princípio tal movimentação é vista como normal dentro de um regime democrático, no entanto, a adoção de um discurso extremista por parte de alguns personagens, faz com que a laicidade do Estado brasileiro seja colocada em risco.

A radicalização do discurso consistiu primeiro em um alinhamento na conhecida “bancada da Bíblia” da Frente Parlamentar Evangélica com os católicos, essa nova aliança passou a se utilizar dos argumentos religiosos para legitimar os preconceitos e o ódio, tudo isso pautado por um discurso que conecta as diferentes questões dos marcadores sociais da diferença que estão diretamente relacionadas à crise do capitalismo e que estas seriam consequências da desvalorização da família, da inversão de valores da sociedade brasileira contemporânea e do fantasma da “ideologia de gênero”, dando viabilidade ao fundamentalismo. (Lima & Lima, 2020, p. 336).

É preciso citar que, segundo Juan Marco Vaggione (2020), a palavra “ideologia de gênero”, amplamente utilizada nos dias atuais parece ter se desprendido de suas origens ligadas a Igreja Católica e se tornou, como pode ser observado nos episódios citados, um significante para políticos que combatem a influência dos movimentos feministas e LGBTQIA+. Tais políticas antigênero passaram a ser cada vez mais frequentes no cenário político e social brasileiro, ganhando apoio de diferentes setores da população.

Conforme apontado por Flávia Biroli (2019) os movimentos de mobilização popular e de protestos de rua contra a chamada “ideologia de gênero” se iniciaram em 2016, tais mobilizações tiveram como alvo as políticas para a educação sexual integral, incluídas nos planos educacionais e em legislação específica, o reconhecimento do casamento igualitário por meio de leis específicas e uma série de outras medidas progressistas que estavam sendo adotadas pelos países da América Latina.

Um recente relatório publicado pela Human Rights Watch analisou 217 projetos de lei e também leis aprovadas entre 2014 e 2022 que tinham como objetivo a proibição explícita do ensino ou mesmo a divulgação de conteúdos que envolvessem a área de gênero e sexualidade, visando também o banimento da chamada “ideologia de gênero” nas escolas públicas do país. Todas essas iniciativas demonstravam uma onda crescente conservadora

religiosa no Brasil, que se confirmou anos depois, em 2018, com a eleição de Bolsonaro à presidência da República.

No período que correspondeu aos anos entre 2014 e 2017, um outro importante documento curricular virou o centro de discussões políticas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em 2014, o Plano Nacional de Educação estabeleceu que a BNCC fosse entregue ao Conselho Nacional de Educação em dois anos, tal documento teria como finalidade nortear as habilidades e competências que deveriam ser alcançadas pelos estudantes ao concluir o ciclo básico de ensino, para se alcançar tal objetivo a BNCC seria construída coletivamente de maneira a contemplar o maior número de atores do campo educacional. Uma primeira versão do documento foi entregue em 2016 e foi dado a partir daí início ao processo de aprovação.

Conforme exposto por Elder Silva (2020) em sua análise sobre a BNCC, apontou para o fato de que todo o desenvolvimento da aprovação foi marcado por uma série de controvérsias. Segundo o autor, as alterações realizadas entre a primeira e a segunda versão do documento favoreceram as discussões relacionadas à gênero e sexualidade, houve um crescimento de citações relacionadas a conceitos como: Relações de Gênero; Orientação Sexual, e Homofobia. Destaca-se também o caráter multidisciplinar na forma como a temática aparecia, evidenciando a maneira pela qual ela poderia ser discutida, no caso da Educação Física, por exemplo, a proposta era de refletir sobre questões do corpo a partir das recentes discussões de gênero e sexualidade.

No entanto, na terceira e última versão do documento, entregue em 2018, tudo isso foi removido, questões de gênero, sexualidade, diversidade, diferença não são citadas, é importante apontar para o fato de que isso ocorreu também com os outros marcadores sociais da diferença, que eram contemplados nas versões anteriores e que foram simplificados em “respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas” (Silva, 2020, p. 5).

Pode-se perceber que a Base Nacional Comum Curricular parecia ter como um de seus objetivos a contemplação de questões relacionadas à diversidade e de respeito às diferenças, além disso, Silva (2020, p. 151) destaca que se percebe sobretudo que existia a intencionalidade de que tais discussões “orientassem todas as etapas de ensino, atravessadas e refletidas tanto nas áreas de conhecimento, quanto nos componentes curriculares.”

Ao longo do governo de Jair Bolsonaro os ataques às questões de gênero e sexualidade se intensificaram e se institucionalizaram, Damares Alves, então a frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos sempre fez questão de se posicionar publicamente com o discurso de que gênero e sexualidade representavam uma

“doutrinação e sexualização das crianças”, a ex-ministra e atual senadora pelo Distrito Federal chegou a incluir o termo “ideologia de gênero” no disque 100 como possível agente de violência, tornando um importante canal de denúncias em um aparato do Estado para operacionalizar a intimidação, perseguição e criminalização de professores que fizessem a abordagem do assunto em sala.

Além de Damares Alves, diferentes ministros da educação atacaram diretamente a temática em discursos públicos, o então ministro da educação, Milton Ribeiro, quando perguntado sobre a relevância de educação sexual na escola disse que é importante mostrar que “há tolerância” e que nas palavras dele: “o adolescente que muitas vezes opta por andar no caminho do homossexualismo” vem de “famílias desajustadas”, o ex-ministro ainda reforçou a sua posição de que as discussões sobre o assunto não fizessem parte da pauta didática da escola, apontando inclusive que as escolas “perdem tempo” falando de “ideologias e sexo”¹.

Não se pode deixar de lado o episódio de maior repercussão no cenário internacional, protagonizado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, realizado em 2019, em que iniciou afirmando que o Brasil havia “ressurgido após estar a beira do socialismo” e afirmando que ao longo dos últimos anos, o Brasil havia sido dominado por sistemas de ideológicos de esquerda, que contaminaram as universidades, escolas e os meios de comunicação, ainda segundo ele, esses sistemas teriam invadido e deturpado a inocência das crianças brasileiras, destruindo famílias.

Não é preciso dizer que a tal “ideologia” citada por Bolsonaro corresponde a um plano de marketing político utilizado por sua equipe com o objetivo de seduzir uma parcela da população, sobretudo os diferentes grupos religiosos que estavam aterrorizados com os avanços e garantias que foram ao longo do tempo sendo conquistados pelas minorias sociais no Brasil, além de também de direcionar seu discurso na mobilização de uma elite que parecia ressentida com a ascensão das classes mais populares (Lima, & Lima, 2020, p. 333).

Pode-se notar, portanto, uma intensificação dos ataques em relação às discussões de gênero e sexualidade. Tal movimento mobiliza o medo de uma suposta destruição da “instituição familiar tradicional” e dos valores morais, tudo isso em nome da suposta necessidade de “proteção das crianças”, o medo de que o “homem” seja destituído do seu

¹G1. *Ministro da Educação diz que gays vêm de 'famílias desajustadas' e que acesso à internet não é responsabilidade do MEC.* G1, 24 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/24/ministro-da-educacao-diz-que-gays-vem-de-familias-desajustadas-e-que-acesso-a-internet-nao-e-responsabilidade-do-mec.ghtml>. Acesso em: 14/02/2025.

posto, de que famílias sejam destruídas ou mesmo de que ideologias estejam sendo implementadas para alcançar estes objetivos são todos medos sentidos intensamente por pessoas que se comprometeram a lutar pela erradicação do gênero. Como se pode observar nos discursos, o ambiente escolar é entendido como o principal canal de transmissão de tais informações, sendo, portanto, o principal alvo do discurso.

É interessante iniciar a discussão em torno do espaço escolar, pontuando que a escola representa o primeiro contato dos indivíduos com uma série de demandas sociais e qualquer senso de coletividade, é, nesse sentido, o primeiro espaço de socialização fora do ambiente familiar. Por mais que a família adote variadas medidas protetivas para com seus filhos, os cuidados exclusivos serão transpassados quando a criança ingressar no ensino básico. No momento em que esse jovem passa a fazer parte, como sujeito agente, desse espaço de socialização ele passa a se perceber, em variados casos, como não pertencente a determinados coletivos sociais.

Quando se traz à tona o debate em torno do papel da escola, frequentemente se tem a ideia de que escola é um espaço igualitário, democrático e justo, onde as crianças que fazem parte dessa instituição têm a mesma oportunidade de aprendizagem e podem aproveitar os recursos oferecidos da mesma maneira.

Segundo Rogério Junqueira (2009, p. 14):

As visões encantadas acerca do papel transformador e redentor da escola têm sido fortemente desmistificadas. Temos visto consolidar-se uma visão segundo a qual a escola não apenas transmite ou constrói conhecimento, mas o faz reproduzindo padrões sociais, fabricando sujeitos (seus corpos e suas identidades), legitimando relações de poder, hierarquias e processos de acumulação.

Sob tal ótica, é preciso entender que as desigualdades não são suavizadas ou aliviadas pela ação escolar, pelo contrário, a escola ainda hoje, se constitui como uma instituição reprodutora de desigualdades e hierarquias sociais, justamente por ser um espaço de reprodução social. É evidente que a escola produz diferenças, desigualdades, em conforme com Guacira Lopes Louro (1999) a escola parece contemplar apenas alguns poucos “escolhidos”, no entanto, com o passar do tempo ela foi sendo solicitada com cada vez mais frequência por aqueles a quem ela havia negado, tendo que lidar com uma série de novos marcadores sociais da diferença.

É interessante notar como uma instituição, que é moldada com um objetivo de funcionar por meio de um papel de orientação dos jovens tendo como base as diferentes regras sociais que circulam, pode ser tão incompreensível com as diferenças que seus agentes manifestam no espaço. A dificuldade em lidar com essas discussões é também reflexo de uma

sociedade que parece caminhar a passos cada vez mais largos em direção a uma lógica cultural e social ainda mais excludente.

Nesse sentido, pelo fato de que a escola se configura como uma instituição social que dialoga a todo momento com contexto histórico-social ao qual está inserida, entender as características daquilo que pode ser classificado como um contexto de “pânico moral” vivenciado no Brasil se faz necessário, tendo em vista sua presença cada vez mais marcante no cenário político-social na atualidade.

De acordo com Oliveira & Santisteban (2024, p. 1):

Tais figuras e movimentos autoritários percebem amiúde a escola como um dos principais campos de batalha em torno de um determinado modelo de sociedade, realizando uma verdadeira empreitada contra a ‘ideologia de gênero’, o ‘comunismo’, o ‘marxismo cultural’, o ‘globalismo’, dentre outras terminologias que muitas vezes ocupam um lugar de significantes vazios.

Nota-se, a partir dos apontamentos dos autores que os ataques não se limitam às discussões relacionadas a uma temática exclusiva, é na realidade um questionamento à produção científica das Ciências Humanas e Sociais, visando evitar o que os grupos conservadores classificam como “doutrinação ideológica” dos professores. A todo o momento os professores são alvos dessa empreitada.

Não foi incomum notar, ao longo dos últimos anos, uma série de denúncias que colocavam os professores como disseminadores de uma “doutrinação política” nas escolas, foram criadas plataformas de denúncia em que esses docentes eram expostos, além disso, inúmeros vídeos que incentivam a que acumulam milhões de visualizações foram publicados nas redes sociais, produzidos inclusive por alguns membros do Congresso Nacional.

Em um desses vídeos a Deputada Estadual Ana Campagnolo (PL - SC) denuncia uma suposta doutrinação que estaria ocorrendo em Joinville, cidade do interior do estado de Santa Catarina, divulgando o nome da escola e fotos da sala de aula, especialmente do quadro em que a professora de Geografia havia escrito questões relacionadas ao contexto político brasileiro, incentivando que medidas fossem tomadas contra a professora em questão. A deputada ostenta uma trajetória dedicada à luta pelo ensino domiciliar e de críticas a suposta doutrinação nas escolas brasileiras, tendo publicado, inclusive, uma série de livros relacionados a temática de gênero, definindo-se como “antifeminista, conservadora, cristã e de direita”².

² **CARTA CAPITAL.** Quem é Ana Caroline Campagnolo, deputada que quer a denúncia de professores ‘doutrinadores’? *CartaCapital*, 30 out. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-ana-caroline-campagnolo-a-deputada-que-quer-a-denuncia-de-professores-doutrinadores/>. Acesso em: 20/04/2025.

A deputada do PL é mais um entre tantos outros exemplos de personalidades que surgiram ao longo das últimas duas eleições no Brasil, que, se aproveitaram do crescimento da onda de extrema-direita e do discurso conservador para angariar votos, experienciando um crescimento vertiginoso em suas campanhas para diferentes cargos públicos. É, sobretudo, importante refletir sobre a forma como a educação como um todo foi colocada como alvo central dos questionamentos e críticas desses movimentos.

Segundo Miguel (2016, p. 616), o argumento desses grupos “recai na percepção de que os filhos são como se fossem propriedade dos pais, como fica patente no slogan ‘Meus filhos, minhas regras’”. Pode-se afirmar então, que a criança tem seus direitos suprimidos diante da figura dos pais e subentende-se a partir disso que para esses grupos, a família adquire um status cujos direitos excedem as “garantias individuais de seus integrantes” (MIGUEL, 2016). É nesse sentido, que em um mundo que supostamente se molda a partir de “valores invertidos e imorais” se faz necessário a defesa e proteção dos filhos de modo a garantir a sobrevivência da entidade familiar para que essa possa escolher os caminhos de formação das crianças da maneira como desejar.

A reflexão a respeito do que fomenta o medo e a aversão nesses grupos é um importante exercício. Sobre isso Messenberg e Camargos (2024, p. 20) fazem um importante apontamento: “O indivíduo moderno é aquele que tem medo de que a qualquer momento possa ser despossuído, seja das suas propriedades materiais seja da posse de si. Por isso, ele está sempre vigilante.”

Constantemente é evocada a ideia de que a escola deveria ser pautada por uma educação neutra, que fuja de qualquer discussão “polêmica” ou “ideológica” que visa corromper a mente das crianças. Segundo Miguel (2016), o slogan de que a escola precisa assumir uma neutralidade esconde o entendimento de que na realidade a escola precisa ser “neutralizada”, trata-se na realidade de uma criminalização do pensamento crítico, que busca intensificar as desigualdades políticas e sociais do país, bem como buscar reprimir práticas respeitadas para com as diferenças, já que “Uma escola ‘sem partido’ é uma escola que toma o partido da injustiça e da opressão.” (Miguel, 2016, p. 615). É o retorno a um projeto de educação já ultrapassado, operado por uma lógica conteudista em que o professor repete as informações contidas nos livros e o aluno apenas recebe tal informação, sem ter qualquer tipo de exercício reflexivo ou crítico de tais dados.

Em tal debate está incutida uma questão que pode ser considerada fundamental: “Quando falamos do espaço escolar, estamos falando de um espaço que é sexualmente neutro?”. A escola parece ter, ao longo da história, passado a noção de que a resposta para tal

pergunta é afirmativa, no entanto, quando analisamos de maneira crítica tal espaço, veremos que ela vai exatamente na direção oposta a isso.

Ao longo de uma trajetória no sistema educacional brasileiro os alunos são ensinados por meio de uma lógica de padronização, que se pauta na ideia de que todos que passam por aquele local são submetidos aos mesmos métodos de avaliação, ao mesmo currículo e práticas pedagógicas. Qualquer ideia, sentimento ou experiência que escape de tal norma deve ser entendida como “fora de lugar”, as discussões em torno de visões políticas e sociais conflitantes devem ser evitadas e deve-se focar somente naquilo que é considerado relevante para a realização de uma prova ou teste.

Nesse sentido, segundo Miskolci (2014), o silêncio dos educadores diante do incômodo causado por aluno por se comportar de maneira diferente da maioria não é uma atitude neutra, marcar alguém ou determinada prática como estranha ou esquisita parece ser a forma que encontram para defender a suposta neutralidade do ambiente escolar. É preciso reforçar que o que ocorre na escola é algo mais complexo e violento do que pode parecer em um primeiro momento, essa distinção entre estranhos, esquisitos e normais implica a certeza de que esses alunos serão submetidos a um ensinamento que não só exponha os considerados “bons exemplos”, como também pelo reconhecimento e rejeição daqueles que são considerados os “maus exemplos”.

A escola ensina a estranhar todos aqueles que manifestam algum tipo de sexualidade dissidente e ensina também, sobretudo para aqueles que são marcados como estranhos, a se silenciar como se fossem corpos abjetos a ponto de reprimir sentimentos e mantê-los distantes de tal espaço, a própria prática educativa que é pautada na invisibilidade da sexualidade e do gênero, se constitui como discriminatória, não sendo portanto, neutra. É possível afirmar que a escola contemporânea se configura como uma instituição que cumpre um papel normalizador “alocando ao segredo e à vergonha outras formas de viver a sexualidade e o gênero”, atuando como promotora da perpetuação do regime de visibilidade heterossexual. (Miskolci & Júnior, 2014, p. 162).

Segundo Junqueira (2013, p. 428),

Dito isso, nunca é demais sublinhar que, historicamente, a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos tributários de um conjunto de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” (considerado estranho, inferior, pecador, doente, pervertido, criminoso ou contagioso) quem não se sintoniza com os arsenais cujas referências eram (e são) centradas no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês e “saudável”. A escola tornou-se um espaço onde o “currículo em ação” faz rotineiramente circular preconceitos que colocam em movimento discriminações e outras formas de gestão das fronteiras da normalidade.

A escola se constitui como um espaço relevante de socialização dos jovens, reprimir as discussões e as manifestações de afetividade é sobretudo, impedir que vidas possam ser vividas e experienciadas fora daquilo que é considerado como “norma”. Sob tal ótica, é necessário refletir sobre como gênero, sexualidade e educação têm sido discutidos pela Ciências Sociais no Brasil, temática da qual se debruça o próximo capítulo.

2.2 Gênero e Sexualidade na escola sob a perspectiva da Ciências Sociais

Em um primeiro momento neste capítulo é importante abordar de maneira mais aprofundada o conceito central para se entender a dinâmica que tem sido operada em relação à temática no Brasil, o pânico moral.

É preciso destacar que o conceito, elaborado por Stanley Cohen, ganhou notoriedade acadêmica na década de 1970 e se tornou uma categoria de referência nos estudos sobre criminalidade. Cohen utilizou bases teóricas da Sociologia para explicar o fenômeno da criação e aumento de grupos de subcultura britânicos responsáveis por uma crise de desvio social entre jovens.

Segundo Cohen (2002, p.1),

As sociedades parecem estar sujeitas, de vez em quando, a períodos de pânico moral. Uma condição, episódio, uma pessoa ou grupo de pessoas surge para tornar-se definido como uma ameaça aos valores sociais e interesses, sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa.

Como se pode ver, o conceito pode ser utilizado de maneira ampla, uma vez que se pode observar no atual contexto político-social brasileiro uma série de temáticas que são vistas como ameaças à sociedade atual, gênero e sexualidade é certamente uma das principais. Ainda segundo Cohen, cada pânico moral possui os seus “Folk devils”, que se pode entender como “demônios do povo”, pelos quais o ódio e, sobretudo o medo, são delineados.

Para Cohen (2002), chamar algo de “pânico moral” não é simplesmente dizer que aquilo não existe ou não aconteceu e que seria, portanto, baseada em uma fantasia, histeria ou em uma ilusão, na realidade, implica em afirmar que a extensão e o significado daquilo que está sendo debatido foram levados ao exagero, criando um problema muito maior do que aquilo que se enxerga na realidade concreta.

A construção de pânico moral “bem sucedido” exige três pilares fundamentais em sua estrutura: a) um inimigo ideal, que pode ser facilmente denunciado, com pouco ou nenhum poder e preferencialmente sem nenhum acesso aos campos de disputas culturais e políticos;

b) uma vítima ideal, caracterizada por ser alguém que pode ser identificado, que pode ser qualquer e, por último, c) é preciso ter um consenso de que as ações e crenças que estão sendo denunciadas não eram entidades isoladas, mas partes integrantes da sociedade, ou então poderiam sê-lo, a menos que "algo fosse feito".

Ainda de acordo com Cohen (2002, p.8), os pânicos morais possuem outras características que são facilmente identificáveis:

Eles são novos (talvez adormecidos, mas difíceis de reconhecer; enganosamente comuns e rotineiros, mas invisivelmente surgindo no horizonte moral) - mas também antigos (versões camufladas de males tradicionais e bem conhecidos). Eles estão se prejudicando - mas também estão apenas dando sinais de alerta, uma condição muito mais profunda e prevalente. Eles são transparentes (qualquer um pode ver o que está acontecendo) - mas também opacos: "especialistas" devem explicar os perigos ocultos por trás do que é superficialmente inofensivo.

Podemos observar como essas características apontadas por Cohen se conectam fortemente com a temática de gênero e sexualidade e a forma como ela tem sido atacada recentemente no Brasil. Pode-se entender o pânico moral relacionado ao tema como um antigo medo que assola a sociedade ocidental, a quebra da heteronormatividade e do modelo tradicional de família, instituídos como padrão, sobretudo, pela Igreja Católica.

De acordo com Gayle Rubin (1981, p. 163):

Devido à sexualidade nas sociedades ocidentais ser tão mistificada, as guerras sobre ela são comumente combatidas a partir de ângulos oblíquos, focadas num alvo falso, conduzidas com paixões deslocadas, e são altamente e intensamente simbólicas. [...] Os pânicos morais raramente aliviam um problema real, já que eles focam em quimeras e significantes.

Cohen (2002) destaca ainda o papel da mídia em disseminar e reforçar o pânico entre a população, criando também o que ele denomina de pânicos midiáticos e se constituindo assim, como uma força central na construção e ampliação desse fenômeno. Ele aponta ainda para o fato de que é a mídia que, muitas vezes, faz o apelo emocional e traz o exagero à tona. Sendo assim, pode-se entender que a mídia não só desempenha um papel de relatora do que ocorre, mas também atua como agente. Talvez a análise do fenômeno que tem atingido às redes sociais nos últimos anos, de disseminação de notícias falsas e ódio a grupos minoritários, ajude a explicitar a força que o meio midiático tem em toda essa discussão.

A partir dos fatos expostos, é preciso reforçar que essa parece ser uma agenda e, sobretudo, uma dinâmica que atinge diversos países pelo mundo, talvez o caso mais emblemático, no ano em que este trabalho é redigido, seja os Estados Unidos, em que o governo de Donald Trump tem adotado medidas cada vez mais radicais contra as políticas de diversidade e inclusão nos diversos setores da sociedade estadunidense. Já nos primeiros dias de governo, ele atacou as instituições de ensino nos EUA, cortando verbas, expulsando

alunos e inflamando discursos extremistas em relação aos ambientes universitários, em uma tentativa de obrigar as universidades a reverem a promoção de diversas práticas³.

Em um recente incidente diplomático, a Embaixada dos EUA, sob pretexto de estar sob uma nova administração, ordenou que vistos de pessoas trans fossem alterados para o sexo de biológico de nascimento, causando indignação por parte de parlamentares no Brasil, ao se manifestar sobre o episódio a Embaixada dos EUA respondeu que: “é política dos EUA reconhecer dois sexos, masculino e feminino, considerados imutáveis desde o nascimento” (Embaixada dos Estados Unidos da América em pronunciamento concedido ao site G1, 2025).

É interessante notar a forma como esses discursos têm sido incorporados em diversos governos, o exemplo dos EUA é certamente o caso que ganha maior destaque na mídia, mas essa é uma dinâmica que se repete na Argentina, Itália, Inglaterra, França⁴ e muitos outros países que eram considerados como defensores da democracia e de políticas cada vez mais abertas à diversidade e inclusão de gênero e sexualidade em debates públicos, mas que em algum momento parecem ter se tornado, ao longo dos últimos anos, extremamente suscetíveis a discursos reacionários conservadores.

Sob tal ótica, pode-se afirmar que as discussões de gênero e sexualidade vêm experimentando um deslocamento que as tornam, sobretudo, centrais na luta pelos direitos humanos e para a defesa da democracia brasileira (Seffner; Borrillo; Ribeiro, 2018).

Em diálogo com Cohen (2002), pode-se afirmar que, entender os pânticos morais que fazem parte da nossa sociedade é simultaneamente compreender e identificar as dinâmicas de poder, e sobretudo, a forma como somos manipulados a levar determinados assuntos muito a sério e outros de maneira não tão séria assim. É, antes de tudo, entender como um país que obteve inúmeros avanços no âmbito de direitos humanos ao longo das últimas duas décadas,

³ DRENON, Brandon. “Por que Trump trava ‘batalha’ contra Harvard e outras universidades de prestígio dos EUA”. *BBC News Brasil*, 14 abr. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn804kxz75jo>. Acesso em: 25/04/2025.

⁴ **CNN BRASIL**. Em alerta por ameaças e retrocessos, feministas argentinas marcham contra políticas de Milei. *CNN Brasil*, 4 jun. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-alerta-por-ameacas-e-retrocessos-feministas-argentinas-marcha-m-contra-politicas-de-milei/>. Acesso em: 06/06/2025.

SOFIA, Júlia. *Itália proíbe uso de gênero neutro em escolas públicas*. *VEJA*, 21 mar. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/italia-proibe-uso-de-genero-neutro-em-escolas-publicas/>. Acesso em: 06/06/2025.

COCHRANE, Angus. *Suprema Corte do Reino Unido decide que definição legal de mulher é baseada no sexo biológico*. 16 abr. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c93g19qe1v2o>. Acesso em: 06/06/2025.

FERNANDES, Daniela. *Ensino de igualdade de gênero gera boicote a escolas na França*. *BBC News Brasil*, 29 jan. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140129_franca_escolas_igualdade_genero_df_cc. Acesso em: 06/06/2025.

passa atualmente por uma guinada radical, que leva a um caminho de perseguição e tentativa de anulação de tudo que foi conquistado, bem como captar, a lógica contraditória de uma parcela da população que se diz defensora da vida e da família, mas que parecem fechar os olhos para o fato de que o Brasil é um país com índices alarmantes de LGBTfobia.

Talvez um importante exercício, para seguir abordando o tema deste trabalho, seja refletir sobre a forma como gênero e sexualidade se constituíram na sociedade ao longo da história, de maneira a buscar um distanciamento de tudo aquilo que foi por séculos tratado como convenções e senso comum em torno da temática e que levaram a construção desse fantasma, que assombra parte da população.

Quando se analisa o conceito de sexualidade, por exemplo, pode-se observar que ao contrário do que afirmam os grupos conservadores atualmente, de que ela se refere exclusivamente aos atos sexuais, o termo é na realidade muito mais abrangente dizendo respeito às formas como as pessoas se relacionam, desejam e constroem seus afetos com outras e até mesmo diz sobre a maneira pela qual as pessoas organizam suas vidas.

Entender o gênero e a sexualidade a partir de uma lógica abrangente é também compreender que tais conceitos estão colocados para além de questões privadas, pois são termos que recebem influência direta dos processos de socialização nos espaços públicos, sendo um dos principais deles, a escola. Uma vez que é na escola que temos o primeiro contato com aquilo que é considerado “normal” ou “socialmente aceito” dentro de uma lógica comportamental.

A forma como se concebe a sexualidade na contemporaneidade, pautada por um controle atrelado a uma lógica disciplinadora, surgiu no século XVII, tal concepção se utilizava do foco no corpo feminino para a disseminação de ideais como o incentivo à formação de casais reprodutivos estáveis, a patologização das sexualidades dissidentes, bem como a promoção de uma verdadeira pedagogização do sexo. É evidente que entre os objetivos da disseminação dessas práticas estava o disciplinamento e a repressão na busca pela reprodução da família tradicional, os valores ligados à ela e a garantia da mão de obra trabalhadora (Miskolci, 2014, p. 92).

Já o gênero surgiu como um conceito a partir principalmente das discussões elaboradas pelos movimentos feministas que foram responsáveis por uma reestruturação social e econômica, colocando em xeque uma série de valores culturais, rompendo com determinados padrões, que antes eram impostos ao corpo feminino. O conceito ganha ainda mais força, sobretudo, devido a uma presença cada vez mais marcante dos diferentes movimentos sociais nas discussões políticas a partir de 1968, é nesse momento que o mundo

passa, então, a experienciar o início de uma onda progressista marcada pela luta feminista pelos direitos humanos, pela liberdade e resistência contra os diferentes tipos de opressão.

Judith Butler (2003) promove significativas mudanças em ambos os conceitos ao propor ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 uma série de reflexões que visavam a desconstrução da forma como as sociedades ocidentais enxergavam tanto o gênero como a sexualidade, ela propõe a noção de gênero como uma construção social, cuja produção se dá por meio de performances, práticas sociais e discursos que reforçam as normas de gênero. Essa lógica é facilmente observável nas dinâmicas de como a escola opera, ainda hoje as distinções relacionadas aos alunos e sobretudo, na forma como silencia o debate em relação às sexualidades dissidentes.

Segundo Berenice Bento (2011, p. 552),

Nascemos e somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros. Há um controle minucioso na produção da heterossexualidade. E, como as práticas sexuais se dão na esfera do privado, será através do gênero que se tentará controlar e produzir a heterossexualidade.

Nota-se, portanto que uma série de determinadas práticas e lógicas que são operacionalizadas pelo gênero e pelo sexo nas sociedades ocidentais são constantemente repetidas e reforçadas ao longo da vida de cada indivíduo de maneira que transforma o “outro”, o “estranho” e o “diferente” em um algo que deve ser eliminado. Ainda segundo Bento, “o abjeto”, aparece no discurso é para ser eliminado. É um processo de dar vida, através do discurso, para imediatamente matá-lo.” (Bento, 2011, p. 552).

É importante destacar que essas relações entre pessoas são regradas por uma série de distinções de gênero e sexualidade, isso também se reproduz no ambiente escolar, que pode ser entendido como um dos mais importantes espaços de formação dos sujeitos. Sob tal ótica, é fundamental refletir sobre a relação da temática no cotidiano da escola, sendo o ambiente escolar o primeiro espaço de socialização mais amplo e diverso pelo qual o indivíduo passa.

Foi possível observar ao longo da história, que os indivíduos exercem suas sexualidades de maneiras distintas, em diálogo com Jeffrey Weeks (1993) é pertinente afirmar que eles podem “viver seus desejos e prazeres” de muitos modos. É igualmente válido a afirmação de que ao longo da história da sexualidade, as identidades sexuais, os desejos podem ser mais variáveis do que o afirmado pelo senso comum, quando analisamos ainda que de maneira simplificada e rápida a forma como a sexualidade se estabeleceu na sociedade ocidental, poderá se perceber como diferentes normas, padrões e hierarquias foram frequentemente sendo atreladas à ela.

Conforme exposto por Guacira Lopes Louro (2008), ao longo das últimas décadas certezas que eram consideradas sólidas foram desestabilizadas, subvertendo as formas de se relacionar, de amar, de crescer e de se vivenciar. Tal dinâmica parece ter estabelecido uma nova política cultural, a política de identidades, se caracterizando como uma luta plural cuja liderança consistia em grupos que foram historicamente subalternizados propondo novas estéticas, experiências e, sobretudo, novos modos de pensar e viver, trazendo para o debate público “o direito de falar por si e de si”, transformando a cultura em um elemento mais imprevisível e dinâmico (Louro, 2008, p. 20).

Evidentemente que tal embate cultural, acaba exigindo por parte desses diferentes grupos, técnicas e estratégias mais engenhosas, devido sua natureza complexa, no entanto os movimentos sociais perceberam rapidamente que havia uma necessidade urgente de trazer as discussões para dentro dos espaços culturais em que antes ecoavam apenas as vozes de grupos historicamente dominantes, dando início a uma série de questionamentos que permeiam os diferentes marcadores sociais da diferença.

Ainda segundo Louro (2008), a complexidade desse embate reside no fato de que ele está envolto em um processo contínuo de transformação, no caso do gênero e sexualidade ela explica que:

No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e o que é ainda mais complicado admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira (LOURO, 2008, p. 21).

O cenário dos últimos anos foi ainda marcado pelo controle e pela vigilância em torno do gênero e da sexualidade, apesar dos inúmeros avanços, é possível observar que houve também um crescimento do discurso de ódio, que visa os diferentes movimentos que têm questionado as posições sociais hegemônicas. A expansão da extrema-direita, vivenciada em diversos países pelo globo, tem demonstrado que os aparatos e mecanismos que oprimem as sexualidades que operam fora da lógica heteronormativa também se atualizam.

No presente e contraditório momento, vive-se em uma sociedade que parece caminhar em direção a uma multiplicidade de possibilidades em relação ao gênero e à sexualidade e também a uma desvinculação do sexo biológico, esses avanços na busca por uma liberdade sexual e de gênero acabou por gerar, como já apontado no capítulo anterior, um incômodo considerável em uma parcela da população o que por sua vez passou a ser utilizado como

pauta para angariar apoio político, pautado por um discurso de ódio que tem sua base em um crescente pânico moral.

É pertinente afirmar, portanto, que, o que é compreendido como “normal” e “aceitável” ou mesmo motivo de estranhamento, varia de acordo com diferentes interesses sociais e políticos. Tanto o gênero como a sexualidade podem ser entendidos como conceitos dinâmicos que abarcam significados, ideais, desejos e experiências de maneiras distintas a depender do contexto histórico e social ao qual está incluído (Miskolci, 2014).

Como já exposto anteriormente, parece ser consenso dentro dos estudos das Ciências Sociais a noção de que a escola, ainda hoje, corresponda um espaço de produção e reforço de uma lógica heteronormativa, por meio de uma constante vigilância dos diferentes corpos que compõem o ambiente escolar.

Tal regime de vigilância acaba por criar dentro da escola um horizonte no qual a violência, o preconceito e o não acolhimento passam a ser práticas adotadas não só pelos alunos e pais conservadores, mas também pela instituição. Segundo Rogério Junqueira: “O aporte da escola, com suas rotinas, regras, práticas e valores, a esse processo de normalização e ajustamento heterorreguladores e de marginalização de sujeitos, saberes e práticas dissonantes em relação à matriz heterossexual é crucial.” (Junqueira, 2013, p. 484).

É preciso reafirmar que as situações de heterossexismo e de violência contra a população LGBTQIA+ na escola não se tratam de casos isolados, ao invés disso deve-se pensar a heteronormatividade como uma lógica que está diretamente relacionada ao currículo e ao cotidiano escolar. Em diálogo com Rogério Junqueira (2013), a escola parece consentir e cultivar o preconceito, a violência e a discriminação relacionada à gênero e sexualidade, tendo inclusive, um papel crucial na manutenção, reprodução e atualização dessas formas de violência.

Percebe-se que ao longo de nossa trajetória na escola as marcas de gênero parecem estar a todo o momento inerentes às atividades que ocorrem naquele espaço, mesmo que um educador não estimule a separação, a tendência é de que os grupos se formem a partir de uma dinâmica baseada na diferenciação de gênero, em que meninas ficam juntas com meninas e meninos com outros meninos.

A força violenta do que foi classificado por Junqueira (2013) de “Pedagogia do armário” parece também estar atrelada a sua capacidade de silenciamento naquele espaço, principalmente de seus alvos o que também leva a um consequente apagamento de seus rastros. Ainda segundo Junqueira (2013), antes mesmo de se debater o respeito às diferenças dentro do espaço escolar, é preciso refletir e problematizar a respeito dos processos

curriculares e políticos pelos quais as discussões dos marcadores sociais da diferença são produzidas e desvalorizadas.

No entanto, é possível observar, a partir dos episódios de ataques públicos à temática em conexão com os escritos de Stanley Cohen (2002), a forma como o pânico moral em torno do gênero e da sexualidade foi, aos poucos, responsável por uma tentativa de eleger o espaço escolar e seus agentes como um inimigo a ser combatido. Nesse sentido, faz-se necessária a reflexão a respeito de como essa inflamação do contexto de pânico moral em torno da temática de gênero e sexualidade afetou um importante membro do espaço escolar, o professor.

Quando se volta a atenção para discursos proferidos nos ataques a gênero e sexualidade parecem evidentes algumas coincidências, sejam eles dos movimentos religiosos, do antigo movimento “Escola Sem Partido” ou do recente movimento bolsonarista, uma delas é o papel atribuído ao professor, sobretudo aqueles das áreas de Ciências Humanas, de agente promotor do caos e da destruição nas escolas. O professor é visto como um inimigo público, como apontado por Luis Felipe Miguel (2016, p. 610),

O professor é visto de antemão com desconfiança: não como parceiro do amadurecimento intelectual dos alunos, mas como possível agente de uma desvirtuação de sua inocência, a serviço de interesses escusos. O ódio ao Estado, que concorre com a família e usurpa suas funções, é um subtexto importante do discurso, o que contribui para entender a convergência entre o fundamentalismo religioso e o fundamentalismo de mercado.

Quando conectamos as discussões propostas por Cohen (2002), percebemos que houve uma tentativa por parte dos grupos conservadores em transformar o professor como um inimigo ideal, em um cenário em que a educação precisa “ser salva das ideologias de esquerda”. Por mais que tal movimentação não tenha alcançado um sucesso absoluto o que se dá, sobretudo, pelo fato de que os professores se configuram como um grupo com forte representação política e social, no entanto, é também possível perceber que houve uma desestabilização do espaço escolar, a liberdade para abordar determinadas temáticas que foi, ao longo das últimas décadas, sendo conquistada, deu lugar para sentimentos de medo e insegurança com relação a possíveis retaliações nas redes sociais e processos judiciais, que poderiam comprometer a figura do professor.

Também é comum a visão de que o professor não representa a figura de um educador, mas sim de um sujeito que deve apenas transmitir as informações que estão contidas nos livros didáticos, que são consideradas “neutras” como se o processo de ensino correspondesse

a algo puramente técnico e burocrático (Sevilla & Seffner, 2017). Tal forma de pensar parece deixar claro que a escola não é um espaço para se discutir as diferenças, desconstruindo a proposta de um ambiente escolar voltado para uma formação humanizada, de valores fundamentais para a vida em sociedade, atribuindo à instituição um caráter conteudista, pautado por conteúdos restritos que muitas vezes fogem totalmente da realidade em que o aluno se encontra.

Cabe citar que tal discurso entra em conflito direto com os próprios objetivos da disciplina de Sociologia estabelecidos pelas Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Segundo o documento, publicado pelo Ministério da Educação em 2006, os papéis centrais que a Sociologia desempenha na escola giram em torno dos conceitos de *desnaturalização* das concepções ou explicações dos fenômenos sociais, bem como *estranhamento*, isto é, colocar em processo de problematização todos esses fenômenos sociais que são estudados pela Sociologia. O documento cita ainda que:

Muitas vezes as explicações mais imediatas de alguns fenômenos acabam produzindo um rebaixamento nas explicações científicas, em especial quando essas se popularizam ou são submetidas a processos de divulgação midiáticos, os quais nem sempre conservam o rigor original exigido no campo científico. Do mesmo modo que explicações econômicas se popularizaram, sendo repetidas nas esquinas, nas mesas de bares, etc. e assim satisfazendo as preocupações imediatas dos indivíduos, alguns outros fenômenos recebem explicações que não demandam elaborações mais profundas e permanecem no senso comum para as pessoas. (Ministério da Educação, 2006, p. 107).

Partindo desse apontamento, pode-se dizer que o processo de estranhamento estaria fortemente relacionado com a capacidade de tomar os fenômenos não como fatos corriqueiros, mas sim questioná-los, evitando com que sejam considerados óbvios e naturais, demonstrando também como tais fenômenos podem ser construídos socialmente e que, portanto, estariam sujeitos a mudanças.

É importante citar que o documento produzido pelo Ministério da Educação também aponta a necessidade de que essa dupla função da Sociologia, seja, de certa forma, traduzida para a educação básica por meio de recortes, sendo assim, deve-se sempre levar em conta que os limites da ciência Sociologia não são os mesmos da disciplina Sociologia, nesse sentido, é preciso que haja uma adequação de linguagens, nas formas de abordar temáticas, levando em conta o público-alvo.

Para além da noção de que a Sociologia está presente no currículo do Ensino Médio por ser fundamental no processo de formação do aluno em sua preparação para o exercício da cidadania, é preciso trabalhar em uma disciplina que corresponda a uma tradução do campo

científico das Ciências Sociais realizada por uma mediação pedagógica de um professor que entende a cultura escolar a qual está inserido. A Sociologia passa, então, a ganhar um caráter de humanização, promovendo também, a tolerância, juntamente com o combate ao preconceito por meio da construção de uma “maior” racionalidade de tais valores diante dos costumes, das tradições e do senso comum (Ministério da Educação, 2006).

As OCEM destacam ainda que a escola deve ser entendida como um espaço de mediação entre o privado, representado pela família dos alunos e o público, representado por toda a sociedade, favorecendo práticas, procedimentos e conhecimentos que realizam essa transposição e também garantindo que o aluno, ao longo de seu processo de formação consiga “se capacite para a continuidade nos estudos e para o exercício da cidadania, entendida estritamente como direito/dever de votar, ou amplamente como direito/dever de participar da própria organização de sua comunidade e seu país.” (Ministério da Educação, 2006, p. 110).

Evidentemente que, como veremos de maneira mais detalhada no capítulo seguinte, os argumentos que recaíram sobre a escola nos últimos anos atingiram fortemente o grupo dos professores, que sofreram com a disseminação de ódio, medo e insegurança no espaço escolar. Tal fato, parece ter sido resultado de uma atuação articulada de diferentes grupos conservadores e religiosos, que incentivaram ataques e perseguição de professores que levassem a discussão para a sala de aula. Ao mesmo tempo, a tentativa de repressão sobre determinadas temáticas parece produzir um efeito inverso, ou seja, um aumento do interesse nos alunos, gerando uma espécie de resistência na lógica disciplinadora do que hoje se constitui o ambiente escolar (Sevilla & Seffner, 2017). Esse efeito, mesmo que positivo, parece provocar também uma série de outras dúvidas para o professor, sobretudo, no que diz respeito, por exemplo, à sua sensação de segurança quanto ao preparo teórico para fazer essa abordagem em sala, trazendo também o debate de como o currículo da licenciatura se articula para realizar essa preparação em torno da discussão de gênero e sexualidade.

2.3. O ensino de Sociologia e os desafios relacionados à região Centro-Oeste

Um importante exercício ao iniciar o terceiro capítulo é entender o processo de institucionalização da Sociologia, a fim de entender a maneira sob as quais são operadas as dinâmicas que envolvem o ensino da disciplina, sobretudo na região Centro-Oeste, que é o objeto de estudo deste trabalho.

É evidente que o processo de institucionalização da Sociologia na educação brasileira se deu de maneira heterogênea, observa-se também que esse processo se acelerou a partir dos

anos 2000 com a expansão da pós-graduação em Sociologia, fenômeno que é acompanhado pela ampliação do financiamento para pesquisa por meio de agências de fomento que oferecem diferentes categorias de bolsas e auxílios, é importante citar o fato de que esse momento está diretamente relacionado a um cenário marcado pela expansão do ensino superior no Brasil, algo que foi acelerado significativamente a partir da segunda metade da década de 1990. (Oliveira; Melo; Pequeno & Rodrigues, 2022).

Quando se analisa os dados relacionados à quantidade de cursos voltados para a licenciatura em Sociologia, pode-se perceber que até o ano de 2007, somente duas universidades ofereciam essa possibilidade de formação, a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade de Brasília (UnB). Nota-se, portanto, um período de oferta restrita na região, o que só se altera a partir de reintrodução da disciplina na educação básica, com a lei 11.684 em 2008. A partir disso, a região Centro-Oeste teve o salto proporcional mais significativo em comparação ao restante do Brasil, o que revela a expansão acelerada do curso nas instituições. Cabe destacar, no entanto, que os cursos de licenciatura se concentravam principalmente em instituições públicas de ensino. Segundo Amurabi Oliveira (2015, p. 52):

Mostra-se inegável o fato de que a reintrodução da Sociologia no currículo escolar foi capaz de impactar o cenário das Ciências Sociais no Ensino Superior, fomentando a criação de novos cursos, em que pese o fato de que devemos considerar a confluência de outros fatores para compreendermos o que ocorreu, já que a volta da Sociologia à escola se deu no período de implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como de criação dos Institutos Federais, que passaram a atuar também na oferta de licenciaturas.

Ainda segundo ele, esse crescimento, no entanto, não pode esconder a realidade que aponta para um problema ainda grande na formação de docentes, pois ainda é possível observar um cenário do ensino de Sociologia em que predominam professores com formações em outras áreas de ensino, para que essa ampliação seja de fato efetiva, é preciso cumprir uma série de outros fatores, entre eles, a elaboração de um conjunto de políticas públicas que visem garantir melhores condições de trabalho docente.

Nota-se uma carência de dados educacionais relacionados ao ensino de Sociologia nas regiões Centro-Oeste e Norte do país. A região Centro-Oeste se configura como uma das três regiões com menor índice de professores habilitados na licenciatura para atuação Ensino Médio de maneira geral, dentre as diversas matérias com carência de docentes licenciados, Sociologia é a mais atingida.

A partir de uma análise dos dados do Censo da Educação Básica (2022), pode-se perceber que os índices de cada estado da região são alarmantes, no caso do Distrito Federal o número de professores que não possuem formação adequada para o ensino de Sociologia chega a 40,2%, enquanto nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul os números disparam para respectivamente: 91,5%; 61,9% e 53,3%. Tais dados revelam uma disparidade ainda muito grande com relação a outras disciplinas da matriz curricular do Ensino Médio.

Quando se analisa dados relacionados ao ingresso de docentes nos cursos de formação, as disciplinas que apresentam o menor número de ingressantes e concluintes são Sociologia e Física, tal fato demonstra que as fragilidades que envolvem essas disciplinas podem vir a ficar ainda mais expostas (Bof; Caseiro; Mundim, 2023).

Além dos fatos supracitados, Oliveira (2023) destaca a importância de se debater a questão da formação continuada dos docentes, uma vez que isso se mostra como algo fundamental para os professores que estão em sala de aula, especialmente na discussão que envolvem temas específicos como o ensino de gênero e sexualidade, como será possível observar a partir da análise dos trechos de entrevistas. O que pode também indicar a necessidade de uma formulação de programas específicos voltados para docentes em nível de pós-graduação.

Cabe citar também que com a análise de dados relacionados a cada estado, observa-se uma concentração no Distrito Federal, o que contribui para entender a disparidade no número de entrevistas analisadas, todos os docentes são formados em licenciatura em Ciências Sociais, sendo oito do DF, um de Goiás e um do Mato Grosso do Sul.

A partir dos dados expostos relacionados ao cenário do ensino de Sociologia no Brasil, é preciso entender, de fato, como a atual configuração político-social e o discurso de pânico moral têm influenciado no que pode ou não ser debatido em sala de aula, intensificando os desafios no que diz respeito ao ensino de Sociologia na escola.

Nesse sentido, visando uma análise detalhada de cada um dos participantes da pesquisa, construiu-se uma tabela com dados gerais de cada um dos docentes, incluindo informações como: Gênero, Autodeclaração de raça/cor, Idade, Local de moradia, Tempo de atuação e se a atuação se dá em escola pública ou particular. Posteriormente, com o objetivo de realizar as análises dos trechos de entrevistas dos docentes, foi elaborada uma estrutura que abrange questões que envolvem a formação acadêmica e profissional dos indivíduos, a fim de entender o contexto socioeducacional no qual estão inseridos esses professores, os cenários descritos por eles como em que serão apontados alguns dos principais desafios

relacionados ao ensino de gênero e sexualidade e que posteriormente serão debatidos com maior aprofundamento e, por fim, ao final de cada descrição, estarão os trechos das entrevistas correspondentes.

A partir dos estudos de autoras/es que tratam dos desafios enfrentados pelas/os professoras/es em relação ao ensino de Sociologia e de gênero e sexualidade nas escolas, foi possível construir uma fundamentação dessas experiências relatadas no ambiente escolar, que será exposta ao final do exercício.

Tabela 01: Dados gerais dos docentes participantes

Gênero	Autodeclaração de raça/cor	Idade	Local de Moradia	Tempo de atuação	Leciona em escola
Homem cisgênero	Branco	de 26 a 30 anos	Gama (DF)	Entre 6 e 10 anos	Pública
Mulher cisgênero	Preta	de 36 a 40 anos	Valparaíso de Goiás (GO)	Entre 01 e 5 anos	Pública
Homem cisgênero	Branco	de 26 a 30 anos	Samambaia (DF)	Entre 01 e 05 anos	Pública
Mulher cisgênero	Branca	de 31 a 35 anos	Samambaia (DF)	Entre 6 e 10 anos	Pública
Homem cisgênero	Pardo	de 31 a 35 anos	Brasília (DF)	Entre 11 e 15 anos	Pública
Mulher cisgênero	Preta	de 26 a 30 anos	Brasília (DF)	Até 01 ano	Pública
Mulher Cisgênero	Parda	de 26 a 30 anos	Brasília (DF)	Entre 01 e 05 anos	Pública e privada
Homem cisgênero	Branco	de 36 a 40 anos	Ponta Porã (MS)	Entre 11 e 15 anos	Pública
Homem cisgênero	Preto	de 18 a 25 anos	Taguatinga (DF)	Entre 1 e 5 anos	Pública
Mulher cisgênero	Parda	de 41 a 45 anos	Sobradinho (DF)	Entre 16 e 20 anos	Pública

Fonte: elaboração própria (2024)

A pesquisa contou com a participação de 10 docentes que lecionam, em sua maioria, a disciplina de Sociologia no Ensino Médio em instituições públicas de ensino. A amostra contemplou diversidade em termos de gênero, raça/cor, tempo de atuação e localização geográfica. Entre os(as) participantes, identificaram-se cinco mulheres cisgênero e cinco

homens cisgênero, sendo que as autodeclarações de raça/cor revelaram um grupo composto por quatro pessoas brancas, duas pardas e três pretas.

A faixa etária predominante entre os(as) docentes varia entre 26 e 36 anos, com exceção de dois participantes, um entre 18 e 25 anos e outra entre 41 e 45 anos. Quanto ao tempo de atuação na área da educação, observa-se que a maioria possui experiência entre 1 e 10 anos, havendo também casos com até um ano de docência e outros com experiência consolidada, de até 20 anos. A distribuição geográfica contempla majoritariamente docentes residentes no Distrito Federal, em cidades como Brasília, Samambaia, Taguatinga, Gama e Sobradinho. Apenas dois entrevistados residem fora da capital federal, nas cidades de Valparaíso de Goiás (GO) e Ponta Porã (MS).

No que diz respeito ao tipo de instituição, a totalidade dos(as) docentes leciona em escolas públicas, sendo que uma participante que atua também em instituição privada. A análise geral do perfil aponta para um grupo docente diverso, com vivências atravessadas por marcadores sociais como gênero e raça, e que atua em diferentes contextos educacionais marcados por desigualdades estruturais. Esses elementos foram fundamentais para compreender a forma como os(as) professores(as) percebem e enfrentam os desafios relacionados ao ensino de Sociologia e à abordagem de temas como gênero e sexualidade no ambiente escolar.

3. RESULTADOS

3.1 Análises das entrevistas

Nesta seção serão apresentados os dados relativos às entrevistas realizadas com os/as professores/as participantes da pesquisa. Foram analisados trechos das entrevistas dos docentes que evidenciaram a formação acadêmica e profissional de cada um, destacando aspectos como a participação em programas institucionais no período de graduação, o tempo de atuação como docente, a sensação de preparo para a abordagem de determinados temas que envolvem a Sociologia. Posteriormente, foi feita uma análise dos cenários descritos como desafiadores por esses professores, utilizando também trechos das entrevistas em que as discussões relacionadas a gênero e sexualidade são citadas, para cada docente foi escolhido um tema central, destacado no início de cada análise.

O ataque ao gênero nas atividades educacionais online

O primeiro relato é de um professor cisgênero, com idade entre 26 e 30 anos, que atua em escola pública entre seis e dez anos. Natural do Distrito Federal, nasceu em Taguatinga. Cursou o Ensino Fundamental em escola particular com bolsa de estudos e o Ensino Médio também em instituição particular, porém sem o benefício da bolsa. Durante o Ensino Médio, teve aulas de Sociologia com uma professora formada em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB), o que influenciou diretamente sua escolha profissional. Foi o primeiro de sua família a ingressar no Ensino Superior em uma instituição pública. Graduiu-se em Ciências Sociais pela UnB, onde também concluiu o mestrado, cujo objeto de estudo envolveu questões de gênero e sexualidade.

Apesar da formação acadêmica voltada para essas temáticas, o professor relata que, ao longo da graduação, não se sentiu devidamente preparado para abordá-las em sala de aula, especialmente no início de sua carreira docente. Ele destaca que as disciplinas curriculares e os estágios supervisionados não forneceram segurança metodológica nem respaldo didático suficientes para o enfrentamento dos desafios relacionados à temática. Ainda durante sua trajetória universitária, participou de programas institucionais como o PIBID e o PET, experiências que contribuíram para sua formação docente. Também destaca o contato com movimentos feministas e LGBT como parte importante de sua formação política e intelectual.

Quando questionado sobre os principais desafios enfrentados pelo ensino de Sociologia no Brasil, o professor aponta a presença crescente de discursos conservadores que se colocam contra conteúdos fundamentais da disciplina, especialmente aqueles ligados a

debates sobre gênero, sexualidade e direitos humanos. Em sua experiência profissional, essas tensões se manifestam de maneira direta e concreta no cotidiano escolar. Em 2021, organizou um evento virtual com o tema “Cultura, História e Memória LGBT”, realizado em conjunto com a psicóloga da escola. A atividade, promovida durante o período de ensino remoto imposto pela pandemia de COVID-19, foi interrompida por um ataque virtual: diversas contas anônimas invadiram a sala do Google Meet, ativaram os microfones e passaram a proferir discursos de ódio direcionados a estudantes e professores.

[...] uma vez teve um ataque virtual, foi 2022 ou 2021, acho que foi 2021. Estávamos na pandemia e eu fiz um curso, esqueci que era uma aula aberta, era uma coisa online virtual sobre cultura LGBT, cultura, história e memória LGBT, inclusive junto com a psicóloga da escola que era uma pessoa muito interessante, muito engajada. O que aconteceu foi que a atividade foi invadida, não sei se eram estudantes, mas os estudantes entraram na sala do Meet e abriram os microfones e ficavam atacando e não conseguimos fazer atividade, tivemos que ir para a delegacia fazer uma denúncia de, sei lá, crime virtual, não lembro. [...] Foi isso. A gente ia fazer essa atividade no Google Meet, a gente fazia ela aberta, pensando nessa lógica de uma democratização do conhecimento e tal porque as outras atividades eram feitas com os alunos que tinham que entrar com o login. Decidimos fazer aberto, achando que não teríamos problema. E aí é isso, né? Várias contas entraram e eles ficavam ligando o microfone, botavam música, botavam funk, botavam vários palavrões e tal, e aí no chat enchendo de mensagem assim. Não se conseguia mais ter controle da sala, falavam palavrões e tal. Falaram Bolsonaro, Bolsonaro 2022 não sei o quê. A direção da escola, foi super acolhedora. Fomos acolhidos pela direção e a gente foi junto na delegacia, eu e o Mateus, vice-diretor, fazer uma queixa na delegacia também. Fomos muito bem recebidos na delegacia de crime de ódio, crime virtual em uma delegacia especializada. (Entrevista concedida ao Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez, no dia 15/05/2024).

Esse episódio impossibilitou a conclusão da atividade proposta e gerou impactos significativos na comunidade escolar. Após o ocorrido, o professor, com o apoio da coordenação pedagógica da escola, realizou denúncia junto à delegacia especializada em crimes virtuais e crimes de ódio. O docente destaca que o apoio institucional recebido foi essencial para que ele se sentisse seguro para tomar medidas legais e continuar abordando questões sensíveis no ambiente escolar. O caso evidencia não apenas os riscos e os desafios enfrentados por docentes que se dedicam a uma prática pedagógica crítica, mas também a importância do respaldo da gestão escolar para a resistência ao silenciamento e à intimidação promovidos por setores conservadores.

O medo de abordar gênero na escola

A segunda docente é uma mulher cisgênero preta, com idade entre 36 e 40 anos, que leciona em escola pública. Nasceu em Olinda, Pernambuco, e cursou tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio em instituições públicas. Relata que, durante sua formação básica, não teve acesso à disciplina de Sociologia. Seu contato com os temas relacionados à área ocorreu no ambiente doméstico, onde sua família mantinha debates constantes sobre questões sociais e políticas. Essa vivência familiar foi determinante para sua escolha profissional, levando-a a ingressar, em 2003, no curso de Ciências Sociais em uma universidade pública.

Foi durante a graduação que a docente passou a ter contato formal com as discussões teóricas da área. Ela destaca que sua trajetória acadêmica ocorreu em um momento de expansão e democratização do ensino superior no Brasil, e observa que, embora na época de seu ingresso ainda houvesse uma notável desigualdade social entre os estudantes, atualmente as salas de aula universitárias se mostram significativamente mais diversificadas em termos de classe, raça e trajetória de vida. Durante sua formação acadêmica, participou como bolsista de um projeto PIBIC na área de Antropologia, experiência que ela considera fundamental para o desenvolvimento do seu interesse pela pesquisa. No entanto, ela ressalta que ao longo da graduação não realizou atividades específicas nem cursou disciplinas voltadas ao ensino de Sociologia, o que implica em uma certa lacuna em sua formação docente no que se refere à prática pedagógica da disciplina.

Em sua experiência como professora, relata que não enfrentou dificuldades explícitas para abordar conteúdos específicos, mas admite que evitava tratar de certos temas por receio de "ferir o código de ética da escola". Esse cuidado era ainda mais presente por se tratar de um ambiente no qual ela estava recém-chegada, sem pleno conhecimento da cultura institucional. Entre os temas evitados, destacam-se as discussões de gênero, motivadas por um clima que, segundo ela, dominava o ambiente escolar — caracterizado por violência simbólica, bullying e preconceito entre os próprios alunos. Suas observações dialogam com o atual contexto vivido pelas escolas brasileiras, onde o avanço de movimentos conservadores e a disseminação de discursos de ódio, especialmente nas redes sociais, têm impactado diretamente o comportamento, as crenças e as atitudes dos estudantes.

Esse cenário se manifesta, segundo a docente, em fenômenos como o aumento dos índices de violência contra alunos LGBTQIA+, a elevação das taxas de evasão escolar e a formação de grupos juvenis que se organizam para propagar ódio e, em casos extremos, praticar atos violentos contra minorias sociais.

Nunca tive dificuldade de abordar nenhum assunto. Era aquela professora que falava sobre tudo, embora evitasse alguns assuntos, porque eu tinha medo. Eu tinha medo de ferir o código de ética da escola, entendeu? Por ser uma professora, eu não sei. Eu estava chegando no lugar que eu não conhecia, entendeu? Eu vou ser sincera, se eu falava muito, falava muito de raça, falava muito dos da teoria clássica. Tinha muitos assuntos de gênero, não vou mentir que eu não tinha medo, entendeu? Não eram todos os assuntos que eu evitava, mas tinha alguns, infelizmente, que precisavam ser evitados. Porque, tipo assim, eu percebi o clima que existia. Está entendendo? Na escola acontecem as brincadeiras, o deboche e acho que a coisa que me irritava muito, além do aluno, era o deboche. Sabe, assim profundamente, né? Você está mangando de um aluno rindo de um aluno que é negro, de um aluno que é gordo, de um aluno que é gay [...]. Fora isso, eu estou fazendo uma sessão de terapia com vocês. Na verdade, [...] foram muitas coisas assim, né? Mas a escola tipo [...] eles não eram tão assim, preconceituosos, entendeu? (Entrevista concedida ao Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez no dia 22/08/2023).

Nesse contexto, pode-se afirmar que há um silenciamento provocado pela atuação dessas forças conservadoras, que inibem a ação pedagógica crítica dentro da escola. A docente admite que sentia medo constante ao considerar a abordagem de temas relacionados a gênero e sexualidade, descrevendo a escola como um espaço hostil às existências LGBTQIA+. Esse sentimento era agravado por um "clima" difuso, porém perceptível, que a impedia de se sentir à vontade para tratar dessas temáticas em sala de aula.

Na escola, o gênero tem disciplina

O terceiro docente é um homem branco cisgênero, com idade entre 26 e 30 anos, que leciona em escola pública no Distrito Federal. Também nascido na região, atua no ensino de Sociologia há um período entre um e cinco anos. Ao longo de sua formação básica, estudou tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio em instituições públicas. Teve contato com a disciplina de Sociologia durante os três anos do Ensino Médio, destacando que, à época, a abordagem era voltada para a cidadania. A decisão por cursar Ciências Sociais se deu a partir de conversas com colegas de sala no terceiro ano do Ensino Médio, especialmente com uma amiga que lhe apresentou o curso e as discussões características da área, o que despertou seu interesse pela Sociologia.

Ingressou em uma universidade pública aos 18 anos e foi o primeiro membro de sua família a frequentar o Ensino Superior em uma instituição pública. Relata que o ingresso precoce no espaço universitário provocou certo estranhamento, sobretudo pela complexidade das discussões propostas no curso. Durante sua trajetória acadêmica, participou de projetos como o PIBID, monitorias e da empresa júnior, todos como bolsista. Ele aponta que essas experiências foram decisivas para sua permanência na universidade, tanto do ponto de vista financeiro quanto do pertencimento acadêmico. Ressalta, ainda, que o interesse pela

licenciatura surgiu por meio de um desses projetos, que promovia o diálogo entre o curso universitário e a educação básica.

No que diz respeito à formação docente, avalia que os estágios supervisionados e as disciplinas pedagógicas não tiveram um impacto significativo em sua constituição como professor. Aponta que havia poucas disciplinas voltadas à licenciatura e que estas, majoritariamente oferecidas pela Faculdade de Educação, não estabeleciam um diálogo efetivo com as Ciências Sociais. Apesar dessas limitações, reconhece que recebeu sólida fundamentação teórica ao longo da graduação, o que lhe permitiu desenvolver segurança para trabalhar com temáticas relacionadas aos marcadores sociais da diferença.

Na descrição de sua prática docente, relata um ambiente escolar mais acolhedor às discussões sobre gênero e sexualidade. Ainda assim, reconhece dificuldades para abordar determinadas temáticas dentro desse escopo, em especial as que envolvem maior complexidade emocional. Além disso, menciona que há uma sobrecarga de trabalho em relação às chamadas “temáticas polêmicas”, muitas vezes atribuídas exclusivamente aos professores de Ciências Humanas, o que, em sua visão, gera uma concentração de responsabilidades que deveria ser partilhada por todo o corpo docente.

Embora afirme ter liberdade e até incentivo da coordenação pedagógica para abordar temas relacionados às questões de gênero e sexualidade, o professor relata que evita tratar diretamente de assuntos como o aborto. Segundo ele, essa escolha se dá pelo impacto emocional que o tema pode gerar tanto nos estudantes quanto nele próprio. Essa decisão revela a tensão entre o espaço potencial de liberdade pedagógica e os limites subjetivos e institucionais que ainda atravessam a prática docente.

Eu trabalhei em 2022 em uma escola militarizada. No começo, eu achava que teria muitos problemas, porque era militarizado, e tal. Só que eu tive uma abertura muito forte deles não se importarem com os temas das aulas, eu acho que tem sido uma coisa muito recorrente aqui no DF em que as escolas são mais abertas pra isso, né? Tipo assim, a gente pode debater temas que são mais polêmicos, mas assim, em alguns momentos e em algumas algumas situações, eu acho que eu consigo controlar para não perder o foco. Mas, por exemplo, sobre aborto é um tema que eu não gosto muito de falar, não é um tema que eu falo, acho que prefiro não ficar falando muito sobre isso, até porque pode ter pessoas ali que podem estar passando por alguma coisa e acho que isso eleva o emocional da turma e o meu também. [...]. Então eu acho que tem um apoio muito grande para criarmos projetos nessa escola. Nunca teve um problema e eles pedem o tempo todo pra gente fazer palestra para os meninos sobre o movimento LGBT, então a escola tem muitas demandas. Só que às vezes, as demandas ficam muito para nós, que somos professores de Humanas, então tá tendo um caso de racismo? Faça uma palestra sobre racismo, dia do índio, faça uma palestra sobre a comunidade dos indígenas, é Consciência Negra? Professores de Sociologia. Então às vezes tem muita demanda nesse sentido. [...] É, eu acho que a universidade me ajudou, porque quando você estuda na universidade pública, não é só o ensino. A gente tem a pesquisa, a gente tem a extensão, então eu

participava de centro acadêmico, eu participava dos projetos e participava de muitas rodas de debate. Então essas coisas todas me deram aval para melhorar a minha atuação. A minha participação e os meus compromissos na universidade me deram uma boa base.. Assim, eu acho que eu me interessava mais quando era esses temas polêmicos na universidade. Eu gostava de ver os debates entre a galera desses temas mais polêmicos. (Entrevista concedida ao Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez no dia 16/05/2024)

Apesar dos desafios, o professor reconhece a escola como um espaço possível e necessário para a discussão de questões sociais. Destaca que se sente apoiado para desenvolver essas abordagens, mas também observa uma pressão institucional implícita que coloca sobre os professores da área de Ciências Humanas a responsabilidade quase exclusiva de tratar desses temas. Em sua perspectiva, essa centralização compromete a construção de uma abordagem transversal e coletiva, que deveria ser assumida por toda a comunidade escolar, reafirmando o compromisso da escola com a formação crítica e cidadã dos estudantes.

O polêmico como objeto da Sociologia na escola

A quarta docente em questão é uma mulher branca cisgênero, com idade entre 31 e 35 anos. Nascida em Brasília, cursou parte do Ensino Fundamental em escola pública e parte em escola particular; já no Ensino Médio, estudou integralmente em instituição privada, sem bolsa. Seu contato com a disciplina de Sociologia no Ensino Médio ocorreu de forma indireta, pois as aulas oferecidas tinham um caráter mais próximo da Filosofia e do Ensino Religioso. Ainda assim, reconhecia naquele espaço uma oportunidade de questionamento, principalmente quando se debruçavam criticamente sobre diferentes tradições religiosas, o que despertava nela uma postura reflexiva.

O desejo de cursar Ciências Sociais surgiu a partir da intenção inicial de prestar concurso para o Instituto Rio Branco. Ao analisar os cursos disponíveis na universidade, percebeu que as disciplinas ofertadas em Ciências Sociais abordavam, de maneira abrangente, os conteúdos e debates que julgava relevantes para sua preparação. Durante sua trajetória acadêmica, enfrentou algumas dificuldades, mas participou de projetos como o PIBIC e monitorias, ambas atividades realizadas com bolsa. Além disso, envolveu-se em uma empresa júnior, projeto que também oferecia suporte financeiro aos estudantes. Na época em que cursava a graduação, não atribuía grande importância aos estágios supervisionados nem às disciplinas pedagógicas, uma vez que tratava a licenciatura como um "plano B". Com o tempo, entretanto, essa perspectiva se inverteu, e o magistério passou a ocupar um lugar

central em sua trajetória profissional. Ainda assim, ela expressa críticas ao modelo formativo adotado pela universidade, que, em sua visão, dificultava a conexão entre o curso de Ciências Sociais e a prática educativa, o que contribuiu para que, naquele momento, não se sentisse plenamente inserida no campo da educação.

A docente relata que, ao longo de sua atuação profissional, vivenciou episódios de violência que evidenciam a reprodução de discursos conservadores e reacionários no ambiente escolar. Tais experiências ilustram como a desigualdade de gênero se manifesta de maneira concreta nas relações cotidianas estabelecidas na escola. Embora afirme que não encontra obstáculos pessoais para tratar de temáticas como gênero e sexualidade em sala de aula, aponta que suas aulas geram, com frequência, reações negativas — tanto por parte de estudantes quanto de colegas docentes. Em alguns casos, foi alvo de violência direta, tendo inclusive aberto um processo administrativo interno por assédio moral cometido por um professor da própria instituição, que se manifestou de maneira abertamente violenta e desrespeitosa.

Bom, no geral o que acontece, pelo menos o que eu vejo e quando eu estou presente na escola, são os projetos ligados à Consciência Negra, projetos de educação e direitos humanos que são sempre a professora de Sociologia que orienta. Ponto. Nunca foi diferente, nunca vi ser diferente. Vamos ver se um dia vai ser diferente. Pode ser que assim, com a mudança desse novo Ensino Médio as coisas vão mudando um pouquinho, mas até onde eu estava em sala de aula não mudou, isso continua uma coisa muito atrelada. Mas também tem muito a ver com a disciplina, com o perfil profissional, a forma de se posicionar, a forma de colocar, de pautar. Então eu acho que tem um pouco de tudo, mas acaba sendo jogado para a sociologia e filosofia. Geralmente projetos com temáticas específicas, raciais, isso sempre acontece. Mas no mais, assim como Olimpíada de Matemática ou de Meio Ambiente, a galera esquece que existem outras ciências e outras formas de se compor. Enfim, é isso.[...] Então nunca tive problema com temas, até porque por muito tempo eu fazia esse espelhamento de saúde na escola. Então temas relacionados a saúde, sexualidade... Eu não sei se vocês conhecem o programa Saúde na Escola. Eu acho muito interessante e ele tem um material antigo que eu trabalhei a vida toda que são oito fascículos temáticos que são temas diversos. Na época os termos de 2008, 2009 Diversidade sexual, raça e etnias, metodologias participativas, participação social, DST, hoje ISTs. São termos antigos. E tem um compilado de oficinas que você pode realizar em sala de aula. Então esse material sempre me ajudou muito. Então falar de temas que todo mundo colocava no bojo da sociologia como o polêmico sempre foi objeto de sociologia, da aula. Então nunca tive dificuldade de abordar. Acho que o que é mais difícil é a gente saber ouvir. Saber ouvir, saber lidar, acolher. Acho que é aí que entrou meu maior desafio no projeto de vida porque a gente teve que rever um pouco (...) eu no meu caso tive que sair um pouco desse lugar de professora e entrar em outros universos que eu não tinha e não tenho ainda traquejo que vão lidar com desafios emocionais diferentes do que despertava na sociologia, falar de violência sexual, violência contra a mulher, feminicídio, esses temas sempre aconteceram. Mas dentro do projeto de vida eles vieram de outras formas, em outras cargas diferentes de acesso. Achei difícil no caso do projeto de vida. [...] Já sofri violência na escola por parte de colegas. Nunca tive problema com estudante, uma vez ou outra algum conflito. Eu tive por exemplo, num ano lá, assim que eu cheguei em sala um aluno colocou em

todas as portas e paredes “Bolsonaro presidente”. Tem essas coisas. Mas aí eu consegui conversar com ele. Ele ia com uma blusa de arma, era todo um estereótipo, mas que faz parte. Acho que esse foi o maior conflito possível, eu sentei com ele, a gente trocou ideia e deu tudo certo. Agora com colegas não. Já tive que abrir processo interno por assédio, eu estava enquanto coordenadora em 2018. E aí eu lembro que eu fui fazer uma formação já pactuada com os professores sobre raça, colonialidade e o professor na primeira frase que eu falei (tinha acabado de acontecer o assassinato da Marielle), e aí eu falei “Marielle vive”. Ele levantou, começou a bater na mesa e aí ele começou a gritar comigo e aí foi um show de horrores. Eu tive que abrir uma denúncia interna, se resolveu com ele indo para um lado e eu para o outro. Não resolveu nada. E a segunda vez foi em coordenação. Na verdade eu estava como conselheira escolar e presidente do conselho e aí um professor admitiu abertamente que assediava estudantes e aí outro (...) da forma como ele falou desrespeitando o meu trabalho. Foi uma situação também bem tensa e foram os dois únicos momentos que eu registrei enquanto violências diretas a mim, no caso. (Entrevista concedida ao Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez no dia 22/02/2024).

A partir dos relatos apresentados, observa-se um cenário de constantes tensões no espaço escolar, sobretudo no que se refere às disputas em torno do currículo e da liberdade de cátedra. A docente evidencia a fragilidade institucional das escolas brasileiras em garantir respaldo efetivo aos professores para que possam desenvolver seu trabalho de acordo com as orientações curriculares da Sociologia, que pressupõem o incentivo ao pensamento crítico, à desnaturalização e à problematização das estruturas sociais. Seus relatos indicam que o conservadorismo presente no cotidiano escolar não impacta apenas o conteúdo das aulas, mas também corrói as relações entre os próprios professores, fragilizando vínculos profissionais e transformando o ambiente escolar em um espaço de disputa permanente, ancorado, sobretudo, na reprodução das desigualdades de gênero.

Política e religião no debate do gênero da escola

O quinto docente é um homem cisgênero de cor parda, com idade entre 31 e 35 anos. Coursou o Ensino Fundamental em escola municipal e o Ensino Médio em parte em escola pública, em parte em escola particular, sem acesso a bolsas. Durante o Ensino Médio, não teve contato direto com a disciplina de Sociologia. Sua aproximação com a área se deu, inicialmente, por meio de conversas com professores da área de Filosofia e, principalmente, por influência familiar, já que um de seus parentes atuava em organizações não governamentais e havia cursado parte da graduação em Sociologia. Esse convívio o motivou, movido por curiosidade intelectual e pelo desejo de realizar pesquisas sociais, a optar pela formação em Ciências Sociais.

Licenciado por uma instituição pública de ensino superior, o professor participou de diversas atividades de formação ao longo de sua trajetória acadêmica. Foi bolsista do

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), integrou o Grupo de Trabalho de Ensino de Sociologia da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e participou do Encontro Nacional sobre Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB). Além dessas experiências, concluiu um mestrado acadêmico em Ciências Sociais. Atualmente, atua em escola pública e acumula entre onze e quinze anos de experiência como professor. Apesar de se considerar satisfeito com a profissão, aponta como principais desafios a implementação da Reforma do Ensino Médio, a ausência de concursos públicos específicos para a área, a desvalorização salarial, os discursos conservadores contrários às temáticas da disciplina, o baixo reconhecimento social e a sobrecarga de trabalho. Segundo ele, sua percepção sobre o exercício da docência tem piorado nos últimos anos, sobretudo em função das mudanças estruturais provocadas pela Reforma, que resultaram na diminuição da carga horária da disciplina e no encolhimento dos espaços curriculares destinados ao ensino de Sociologia, agravando também a intensificação do trabalho docente.

Durante a entrevista, o professor descreve um ambiente de trabalho cada vez mais marcado pela intimidação. Relata, entre outros episódios, uma situação conflituosa envolvendo um aluno, que exigiu intervenção da direção da escola. Segundo ele, o atual contexto tem tornado o exercício da docência ainda mais difícil, especialmente pela adesão crescente de estudantes a visões políticas alinhadas ao bolsonarismo ou a um radicalismo de cunho religioso, que inviabilizam o debate de temas como relações de gênero, raça e política em sala de aula. O docente observa que há um movimento organizado dentro das próprias escolas, liderado por professores alinhados a grupos conservadores, que estimulam uma postura de enfrentamento contra os docentes da área de Ciências Humanas, especialmente os de Sociologia. Isso cria um ambiente escolar hostil e favorece a disseminação de discursos extremistas entre os estudantes.

Além das pressões externas e institucionais, o professor relata também insegurança pessoal ao abordar determinadas temáticas, especialmente aquelas ligadas a gênero e sexualidade. Essa insegurança está relacionada à percepção de que tais assuntos exigem constante atualização e aprofundamento teórico para serem tratados com a devida responsabilidade em sala de aula. Embora tenha se sentido confortável com os conteúdos efetivamente ministrados durante sua graduação, aponta lacunas em sua formação inicial — especialmente no que se refere às temáticas que não foram contempladas nas unidades curriculares. Como consequência, sente a necessidade de estudar com mais afinco os assuntos não abordados na universidade, o que demanda tempo e esforço adicionais, muitas vezes difíceis de conciliar com a carga de trabalho já intensa.

Os relatos do docente evidenciam um ambiente escolar conturbado e, sobretudo, intimidador para profissionais que atuam no ensino de Sociologia. Essa realidade está diretamente associada ao avanço de movimentos conservadores que influenciam não apenas alunos e pais, mas também colegas docentes, gerando episódios de assédio moral, um dos quais motivou inclusive uma denúncia formal. Por ter maior tempo de atuação, o professor consegue comparar o presente com momentos anteriores da profissão. Segundo ele, em anos passados, era possível dialogar com estudantes que tinham visões distintas, sem que isso gerasse um ambiente de conflito. Hoje, contudo, observa-se uma radicalização dos discursos conservadores, muitas vezes ancorados em fundamentações religiosas, cujo objetivo explícito é interditar o debate no espaço escolar.

Na época que eu era professor do ensino estadual, eu sofri uma tentativa de intimidação por um aluno. Mas na época, como era também mais jovem, impetuoso, acho que é algo que eu não faria hoje, tipo assim, eu retuquei ele na mesma intensidade e ele se assustou, então acabou que aí depois a direção teve que também intervir, tal. [...] A discussão sobre religião se tornou fundamental para dialogar com os meus alunos e para ensiná-los um pouco sobre direitos humanos, sobre tolerância, né? Tirá-los um pouco dessas clivagens mais politizadas da religião. Tenho sentido nos últimos anos que os assuntos mais complexos e complicados de se trabalhar são de relações raciais e de gênero, sobretudo com alunos que não são declarados, mas tem simpatia e sobretudo, como aqueles que são declarados bolsonaristas. Porque isso agora existe mesmo dentro do âmbito do Instituto Federal, né? E parece que cada vez mais eles têm trazido essa guerra política cultural para dentro dos institutos, o que eu vejo como muito ruim [...] Há muita dificuldade de alunos cada vez mais engajados no bolsonarismo ou num tipo de radicalismo evangélico, em compreender isso e trazer ao diálogo, sabe? Antes você ouvia “eu não concordo com isso professor, isso que o senhor está dizendo não me convence muito não”, mas havia um espaço ali para o diálogo processual ao longo do tempo, hoje em dia temos uma dificuldade maior. [...] A gente sempre vai pro ensino com a falta de alguma coisa, porque o nosso currículo tendencialmente nos leva a especializar, então, por exemplo, minha formação acadêmica é Sociologia do Trabalho nessa área eu deito e rolo, mas, por exemplo, coisas de Sociologia da Tecnologia, eu tive que estudar depois, porque, enfim, vem os apelos dos estudantes que querem aprender mais sobre redes sociais, sobre saber ativismo e se eu não sei, eu tenho que buscar. Então, o sentimento é esse, durante muito tempo eu fui inseguro para ensinar crime e violência, porque foi algo que eu não vi na faculdade, porque na minha época de formação era um tema que ainda estava em ascendência. Sinto uma dificuldade de abordar algumas questões relacionadas, por exemplo, gênero, porque é um campo que está em constante produção. [...] Porque essas figuras que existem no nosso ambiente profissional, que são militantes, bolsonaristas passam a incentivar os alunos a fazer esses tipos de enfrentamento que tem levado a uma deterioração da qualidade, do respeito, da cordialidade no ambiente de trabalho. Na época que eu fui professor do Ensino Médio, da escola estadual, eu fui ameaçado por um candidato da reitora, fora as outras violências, sabe? Assim, tipo as piadinhas, os boatos, as coisas que acontecem, não só pelo meu perfil militante político, por eu ter sido também de sindicato dentro da instituição, fui direção sindical, mas pela forma como eu faço os enfrentamentos que muitas pessoas acabam pessoalizando isso, não entendem que é um conflito do trabalho, né? (Entrevista concedida ao Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez no dia 03/05/2024).

Por fim, o professor aponta que a própria formação docente contribui para esse cenário de silenciamento. O currículo da licenciatura em Sociologia, segundo ele, tende a uma especialização teórica que nem sempre contempla as demandas práticas do cotidiano escolar, especialmente no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade. Essas lacunas formativas exigem dos docentes um esforço contínuo de atualização, o que, por sua vez, pode gerar insegurança e até mesmo evitar que certas discussões sejam levadas à sala de aula, configurando um silenciamento que não é apenas imposto de fora, mas também internalizado como forma de autoproteção profissional.

A “demonização” do gênero - folk devils

A sexta docente é uma mulher cisgênero preta, com idade entre 26 e 30 anos, nascida em São Paulo (SP) e atualmente leciona em uma escola pública de Brasília. Toda a sua educação básica foi realizada em instituições públicas. Ainda no Ensino Médio, em São Paulo, participou de uma organização não governamental chamada “Educadores sem Fronteiras”, um cursinho social que proporcionava suporte educacional a jovens da periferia. Foi nesse contexto que recebeu orientações pedagógicas e formativas de professores vinculados ao projeto, o que teve papel significativo em sua trajetória. Teve contato com a disciplina de Sociologia durante o Ensino Médio, experiência que considera determinante para sua decisão de ingressar no curso de Ciências Sociais na universidade.

Durante sua formação universitária, envolveu-se inicialmente com projetos de pesquisa financiados por bolsas do PIBIC. Posteriormente, integrou uma atividade de extensão vinculada à Faculdade de Educação, que consistia na criação e manutenção de um cursinho popular destinado a estudantes da periferia do Distrito Federal. A docente observa que, no início da graduação, seu envolvimento foi mais direcionado à pesquisa, especialmente por conta do desenho curricular, que tendia a privilegiar esse eixo em detrimento da formação prática voltada à educação. Ressalta que sentiu falta de uma preparação mais concreta para a sala de aula. Essa lacuna, em parte, foi agravada pelos impactos da pandemia de COVID-19, que comprometeu significativamente a experiência formativa durante sua permanência na universidade.

Apesar disso, reconhece que o projeto de extensão foi fundamental para sua escolha pela docência, pois proporcionou o primeiro contato direto com o cotidiano escolar e com as demandas práticas da profissão. A universidade, por sua vez, forneceu a base teórica necessária para que se sentisse preparada para lecionar. Em sua avaliação, os principais desafios enfrentados pelo ensino de Sociologia no Brasil atualmente estão relacionados à

implementação da Reforma do Ensino Médio, à ausência de concursos públicos específicos para a área, à desvalorização salarial, à falta de infraestrutura nas escolas públicas, aos discursos conservadores contrários às temáticas da disciplina, ao baixo reconhecimento social da profissão, ao desinteresse de parte dos estudantes e à sobrecarga de trabalho imposta aos docentes.

Ao ingressar no mercado de trabalho, a docente percebeu imediatamente as tensões políticas que atravessavam o campo educacional, as quais associa diretamente ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e aos movimentos que o apoiam. Em suas palavras, vivenciou um processo de “demonização” de determinados temas, o que impactou profundamente seu planejamento pedagógico e sua segurança em realizar determinadas abordagens. Destaca que a temática de gênero e sexualidade foi a mais diretamente afetada por esse contexto, embora observe que os estudantes, em sua maioria, demonstravam abertura e disposição para aprender sobre o tema. As resistências, segundo ela, partiam principalmente dos pais dos alunos.

Mesmo reconhecendo o interesse discente, a professora relata desconforto ao abordar gênero e sexualidade, sobretudo pelo receio de possíveis reações adversas, perseguições e acusações de “doutrinação ideológica”. Em uma das situações narradas, ao ministrar uma aula sobre a diferença entre gênero e sexualidade, sentiu-se compelida a monitorar cuidadosamente o comportamento da turma, com o intuito de evitar que fotos ou gravações pudessem ser divulgadas nas redes sociais fora de contexto, gerando possíveis represálias. Ainda assim, destaca a importância de realizar esse tipo de abordagem em sala de aula, especialmente ao observar o impacto positivo que essas discussões geram em estudantes pertencentes à comunidade LGBTQIA+, que se sentiram representados e acolhidos pelas atividades propostas.

Existe uma tensão, principalmente após esse governo Bolsonaro, em trabalhar alguns temas que foram demonizados por esse governo. Então, por exemplo, isso está dentro desse planejamento bienal da Secretaria em que um dos temas é a diversidade, são as questões de gênero e de sexualidade e que eu trabalho com os alunos e tenho uma tensão ao trabalhar, embora nunca tenha deixado de trabalhar. Então assim, faço trabalho, explico pra eles, falo o que é Teoria Queer, o que são essas questões... Eles se sentem muito curiosos. Eles perguntam muito, eles querem saber porque são, eu acho que são coisas que eles veem muito no dia a dia, nas redes sociais, eles têm muitas dúvidas quanto a isso, mas eu tenho ali internamente uma tensão. Eu já fiz um quadro explicando qual a diferença de gênero e sexualidade que eu falei: ‘Gente, não tira foto não’. Não tira foto porque depois cai nas redes sociais e vão dizer que a professora está doutrinando os alunos com ideologia de gênero, coisa do tipo...mas assim, os alunos, eles sempre se mostraram muito ávidos a aprender e a entender, eu acho que essa é a postura dos pais, dessa onda conservadora [...]. E eu fico: ‘Poxa, será que aqui é um âmbito dessa galera

mais tradicional, que vai encher o saco, que vai achar ruim?’. Trabalhei no primeiro bimestre, foi super tranquilo, inclusive tenho alunas que são da comunidade LGBT, elas amaram trabalhar o tema, elas tiveram a oportunidade de explicar para os seus colegas. Mas não vou dizer que eu entro assim, confortável em trabalhar esses temas não, porque a gente viu aí grandes atrocidades, né? De exposição dos professores, dizendo que tava pregando ideologia pros alunos ou coisas do tipo, e a gente fica temeroso de falar sobre. (Entrevista concedida ao Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez no dia 22/09/2023).

A docente descreve, portanto, um cenário em que o ambiente escolar, embora tensionado por pressões externas — como as famílias e o discurso conservador —, ainda se mostra como um espaço possível para o debate e a construção de conhecimento crítico. A receptividade dos alunos e o engajamento nas discussões são apresentados como indicativos da potência pedagógica da abordagem de temas como gênero e sexualidade. Apesar do medo e do desconforto vivenciados, especialmente diante da possibilidade de retaliações, a professora reafirma a relevância dessas discussões no contexto escolar, sobretudo por seu papel no acolhimento e na afirmação de identidades dissidentes, conferindo à escola uma função de formação cidadã.

O professor como mediador de tensões entre instituição e família

A sétima docente é uma mulher cisgênero, parda, com idade entre 26 e 30 anos, nascida em Niterói (RJ). Atualmente leciona em escola pública no Distrito Federal, embora já tenha atuado também em instituições privadas. Durante sua educação básica, cursou o Ensino Fundamental em escola particular como bolsista e concluiu o Ensino Médio em escola pública. Teve contato com a disciplina de Sociologia ao longo dos três anos do Ensino Médio, experiência que a aproximou das temáticas tratadas pela área e a motivou a ingressar no curso de Ciências Sociais na universidade. Foi uma das primeiras de sua família a acessar o Ensino Superior, sendo a primeira a ingressar em uma instituição pública.

Durante a graduação, foi beneficiada por bolsas do Programa de Assistência Estudantil e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), tendo desenvolvido, nesse contexto, uma pesquisa diretamente vinculada ao ensino de Sociologia. Também participou do Grupo de Trabalho (GT) de Ensino de Sociologia da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e do Encontro Nacional sobre Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), o que demonstra uma trajetória formativa comprometida com o campo do ensino da disciplina. Atua atualmente em duas escolas diferentes, lecionando, além de Sociologia, outras disciplinas da área de Ciências Humanas, tendo inclusive exercido a função de professora de Ensino Religioso.

Apesar de sua formação acadêmica abrangente, a docente afirma não ter se sentido preparada, ao longo da graduação, para enfrentar os desafios específicos do ensino de Sociologia na educação básica. Embora tenha participado dos estágios supervisionados, considera que os conhecimentos adquiridos sobre a prática docente foram, em grande medida, resultado de esforço e estudo pessoal. Em sua avaliação, os principais entraves enfrentados pelo ensino da disciplina estão relacionados à implementação da Reforma do Ensino Médio, à ausência de concursos públicos, à desvalorização salarial, à precariedade da infraestrutura escolar, à presença de discursos conservadores contrários às temáticas da Sociologia, à escassez de recursos didáticos e à sobrecarga de trabalho enfrentada pelos professores da área.

Em relação ao cotidiano escolar, a professora descreve um cenário de ambivalência: por um lado, afirma contar com apoio institucional e certa liberdade para planejar suas aulas; por outro, relata que tem se tornado cada vez mais evidente a existência de tensões em torno de determinadas abordagens. Segundo ela, em períodos anteriores — como em 2017 —, a discussão de temas como gênero e sexualidade ocorria de forma mais fluida e até gerava debates produtivos entre alunos com visões distintas, inclusive os mais conservadores. No entanto, observa-se que, nos últimos anos, houve uma radicalização dos discursos no espaço escolar, o que resultou em episódios de violência e em uma mudança significativa no clima institucional.

Além disso, a docente destaca o sobrecarregamento dos professores de Sociologia, frequentemente responsabilizados por mediações que envolvem conflitos relacionados a gênero e sexualidade, sobretudo no contato com famílias de alunos. Ainda que a instituição demonstre respaldo formal, a professora aponta que o ambiente escolar tem se tornado cada vez mais pressionado por agentes externos — especialmente influenciados por discursos políticos e religiosos que circulam nas redes sociais —, o que repercute diretamente na autonomia docente. Esse contexto a obriga a adotar estratégias de proteção e cautela, como a elaboração de planos de aula minuciosamente detalhados e alinhados às diretrizes institucionais, além de constante atualização quanto à legislação educacional vigente, tanto em âmbito federal quanto distrital.

É uma sensação de retrocesso mesmo, é, que lá em 2017 eu conseguia falar de temas com uma abertura e uma clareza tão maior do que hoje [...] trabalho na escola há muitos anos, desde quando eu era contrato temporário, então hoje eu fico numa posição onde a escola me defende também, conhece meu trabalho, eu sou muito organizada no sentido de que todas as minhas aulas tem plano de aula, tem plano de ensino, meus planos de ensino ficam lá à disposição da escola, pra escola saber os

temas e eu coloco além dos conteúdos, meu subsídio legal do porque eu trabalho com esse tema, porque tá na BNCC, tá na lei federal tal, lei distrital. [...] Então eu vou colocando, né, e aí o que que aconteceu em 2017 por exemplo, eu consegui passar sei lá “Hoje eu quero voltar sozinha” em sala “Milk” em sala isso gerava um debate positivo até entre aqueles que por algum motivo eram homofóbicos. Hoje trabalhar com uma história em quadrinhos sobre comunidade LGBT gera um grande rebuliço, mas eu mantenho uma postura muito firme, inclusive eu sou chamada pelos meus colegas pra solucionar esses conflitos nas salas deles, porque quando um aluno ou pai vem me questionar, por exemplo, “Ah eu não concordo com isso professora, isso é lacração”, não, “Isso não é ciência.”. E aí eu faço todo um resgate pra falar: bem há pouco tempo atrás era considerado lacração que determinado segmento da comunidade científica argumentasse contra a violência física, por exemplo, que professores praticavam contra alunos, quem eram esses intelectuais que estavam lá na frente? Em grande maioria sociólogos da educação, aí a gente faz todo um resgate, do que que era antes considerado ruim, o que que hoje é considerado normal, que eles não têm essa percepção dessa mudança de tempo e de que a Sociologia foi muito importante na mudança de paradigma, quando eles começam a perceber isso, dá uma baixada de bola. Eu só tive uma situação que quase fugiu do controle, mas depois o estudante chegou, pediu desculpa. [...] Eu sou delegada sindical na escola e mediadora de conflitos, então é um conflito clássico que nós estamos tendo: pais de estudantes trans não querem que os estudantes sejam tratados pelo nome social, porque não reconhecem a transição, então para o pai isso é culpa do professor que está doutrinando. Então qual é meu papel na escola? Ir lá mediar com o pai, mediar com o professor, mediar com esse estudante, informar que isso é um direito adquirido, tá no ECA e aí então tô nessa, né, acumulando vários trabalhos não remunerados. (Entrevista concedida ao Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez no dia 30/01/2024).

Apesar do apoio institucional, a professora afirma não se sentir plenamente segura para abordar livremente os temas que julga relevantes para a formação crítica dos estudantes. O receio de sofrer denúncias ou de ser alvo de interpretações distorcidas quanto ao conteúdo trabalhado impõe um limite à prática pedagógica, mesmo quando respaldada por fundamentos legais e acadêmicos. Seu relato explicita os efeitos concretos do avanço conservador sobre o trabalho docente, revelando como a pressão externa — mesmo quando não parte diretamente da gestão escolar — produz um silenciamento indireto, motivado pelo medo, pela vigilância e pelo desgaste emocional, afetando diretamente a liberdade de cátedra e o papel formativo da Sociologia na escola.

“Dificuldade é o nosso nome do meio”

O oitavo docente é um homem cisgênero, branco, com idade entre 36 e 40 anos, que atua como professor de Sociologia entre 11 e 15 anos. Leciona atualmente em uma escola pública no estado do Mato Grosso do Sul. Ao longo de sua trajetória na educação básica, estudou em instituições públicas e privadas durante o Ensino Fundamental, sem o uso de bolsas, e concluiu o Ensino Médio integralmente em escola pública. Teve contato com a disciplina de Sociologia de forma formal no currículo do Ensino Médio, e foi a partir dessa

experiência que passou a enxergar a disciplina como uma ferramenta importante para a construção de relações sociais mais justas. Ainda nesse período, envolveu-se com trabalhos voluntários, o que o colocou em contato com textos e debates vinculados à área, contribuindo para que identificasse o curso de Ciências Sociais como alinhado às suas inquietações e objetivos profissionais.

Sua formação acadêmica teve início em 2006, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Nos primeiros anos, foi contemplado com bolsas de extensão e, posteriormente, já no fim do curso, participou de projetos de pesquisa com bolsa de iniciação científica. Sua trajetória universitária foi inicialmente voltada ao bacharelado. A licenciatura foi cursada posteriormente, em outra instituição, por meio da modalidade a distância. Durante essa formação complementar, teve contato com disciplinas pedagógicas e realizou estágio supervisionado, experiências que considera fundamentais para compreender o cotidiano da sala de aula. No entanto, apesar de reconhecer a importância dessas atividades, relata que, em seu caso específico, elas não contribuíram significativamente para sua preparação prática. Seu aprendizado em relação ao ensino de Sociologia ocorreu, segundo ele, de maneira mais consistente durante o período em que trabalhou com professores do ensino superior, experiência que considera decisiva para a consolidação de sua identidade docente.

Ao descrever o cenário atual da escola, o professor relata dificuldades crescentes na abordagem de temas ligados a gênero e sexualidade, que se intensificaram com a ampliação da presença de discursos conservadores no ambiente escolar. Ele identifica essa tendência como um dos principais obstáculos enfrentados hoje pelo ensino de Sociologia. Ainda que reconheça que tais temas sempre tenham gerado resistência por parte de segmentos mais conservadores da sociedade, destaca que, nos últimos anos, as tensões têm se aprofundado, tornando o exercício docente mais desgastante e, em algumas ocasiões, constrangedor.

O docente considera que a discussão sobre gênero e sexualidade, por natureza, já implica enfrentamento e exige postura crítica por parte do professor. No entanto, observa-se um aumento significativo no número de episódios em que docentes de Sociologia são diretamente confrontados ou colocados em situações de embate, tanto por parte de estudantes quanto por pressões externas à escola. Para ele, embora o conflito com visões conservadoras não seja algo novo no ensino de Sociologia, a atual conjuntura social e política tem contribuído para a intensificação desses enfrentamentos, gerando um ambiente mais hostil e menos receptivo à liberdade pedagógica.

Do processo de trabalhar Sociologia, a dificuldade de abordar, por exemplo, temas de gênero, temas étnico-raciais, sempre será um grande desafio do professor. Não tem como trabalhar Sociologia sem ter essas dificuldades que são embates, são ideológicos, são posicionamentos às vezes constrangedores por parte dos alunos, então é isso. Esse é o fazer da antropologia, dificuldade é nosso nome do meio. (Entrevista concedida ao Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez no dia 17/05/2024).

Seus relatos indicam que a resistência às abordagens críticas têm ultrapassado o debate de ideias e, por vezes, assume formas que expõem emocionalmente o professor, tornando o trabalho em sala de aula mais tenso e exigindo uma vigilância constante. Essa situação reflete um cenário mais amplo de insegurança que vem afetando profissionais da área de Ciências Humanas, especialmente quando tratam de temáticas que envolvem direitos, diversidade e justiça social.

O impacto de discursos religiosos em sala de aula

O nono docente é um homem cisgênero preto, que leciona a disciplina de Sociologia em uma escola pública localizada em Taguatinga, no Distrito Federal. Seu tempo de atuação como professor situa-se entre um e cinco anos. Teve seu primeiro contato com a Sociologia durante os três anos do Ensino Médio, e desde então passou a se interessar pela área por reconhecê-la como um instrumento para compreender cientificamente a sociedade, além de enxergar na disciplina a possibilidade de contribuir com a formação crítica de jovens na educação básica.

Ingressou na Universidade de Brasília no segundo semestre de 2016. Durante sua trajetória acadêmica, foi bolsista de iniciação científica (PIBIC) e participou de projetos de extensão vinculados ao Departamento de Sociologia. Também esteve presente em eventos importantes da área, como o Grupo de Trabalho sobre Ensino de Sociologia da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), o Encontro Nacional sobre Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB) e o Encontro Estadual do Ensino de Sociologia do Rio de Janeiro (Ensoc). Atualmente, cursa uma pós-graduação na área de orientação educacional e planeja ingressar em um programa de mestrado, com foco na Sociologia da Educação.

O docente relata desafios específicos para o ensino das temáticas de gênero e sexualidade em sala de aula, que se entrelaçam com dificuldades mais amplas relacionadas à convivência escolar e à manifestação das diferenças no ambiente educativo. Segundo ele, tais desafios têm sido intensificados pela crescente presença de discursos religiosos e conservadores dentro das salas de aula, o que tem repercutido de forma direta na prática

pedagógica e no clima institucional. Seu relato evidencia como essas influências, ainda que muitas vezes naturalizadas, contribuem para a construção de um ambiente escolar hostil às identidades e sexualidades dissidentes.

De maneira crítica, o professor ressalta que a escola, idealmente concebida como espaço diverso, acolhedor e democrático, tem se tornado, na prática, um terreno de disputa simbólica, onde a presença ostensiva de valores religiosos conservadores atua como força limitadora da liberdade de cátedra e da pluralidade de ideias. Ele observa que, diante desse cenário, o trabalho docente exige não apenas preparo teórico, mas também estratégias de resistência e mediação constante de conflitos, o que impõe uma sobrecarga emocional significativa.

Ao refletir sobre sua formação, o professor aponta que a universidade, embora tenha fornecido importante embasamento teórico, não foi capaz de prepará-lo plenamente para lidar com as complexidades cotidianas do espaço escolar. Os desafios concretos enfrentados no exercício da docência, sobretudo em relação ao ensino de temas sensíveis como gênero e sexualidade, exigem um tipo de preparo que vai além do currículo tradicional dos cursos de licenciatura. Essa lacuna, segundo ele, se manifesta na dificuldade de estabelecer um ambiente de debate seguro e respeitoso, sobretudo quando há a presença de discursos fundamentalistas que se opõem frontalmente à proposta crítica da Sociologia escolar.

Quando fui abordar o tema sobre desigualdade de gênero, ano passado, entramos em alguns campos em relação à sexualidade dos indivíduos, identidades de gênero das pessoas. Alguns alunos, argumentavam que não se importavam com isso, por conta da religião, ou coisa do tipo. Aí, aquele processo que a gente tem que fazer de desnaturalização e saber abordar um tema como esse de maneira que não vá prejudicar o seu trabalho pedagógico. Mas, foi um problema que foi facilmente resolvido. Eu também tive um problema sério, que foi ano passado em Samambaia. Eu tinha uma aluna trans, na turma e na eletiva de direitos humanos, a gente estava trabalhando sobre os direitos civis, a igualdade jurídica, economia jurídica e tudo mais. E aí, essa aluna, por conta própria, decidiu contar a experiência que ela teve em relação à escola. E um aluno discordou, falando que, na verdade, se ela se arrepende, se ela poderia se salvar, algo relacionado à religião. [...] Infelizmente, a universidade não consegue te preparar para todos esses conflitos que vão existir. Então, no ambiente de sala de aula, é importante que o aluno, o professor, saibam intermediar esse tema, de maneira a apaziguar cada vez mais os possíveis conflitos. (Entrevista concedida ao Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez no dia 27/05/2024).

O relato do docente evidencia, portanto, as tensões que atravessam a escola contemporânea, marcada por disputas ideológicas e resistências à abordagem de temáticas que buscam promover a equidade e o reconhecimento da diversidade. Ainda que movido por um compromisso com a formação crítica dos estudantes, o professor reconhece que esse

compromisso é diariamente colocado à prova, exigindo não apenas conhecimento e preparo, mas também coragem e resiliência diante de um cenário político e cultural cada vez mais adverso ao pensamento sociológico.

“A licenciatura não me preparou para dar aula”

A décima e última docente entrevistada nesta pesquisa é uma mulher cisgênero preta, com idade entre 41 e 45 anos, residente em Taguatinga, no Distrito Federal. Leciona atualmente em duas escolas públicas da rede distrital, tendo também lecionado anteriormente no estado de Goiás. Nascida em Jataí (GO), cursou parte do Ensino Fundamental em escola pública e parte em instituição particular, concluindo o Ensino Médio integralmente em escola pública. É importante destacar que toda a sua formação escolar ocorreu antes da implementação da Lei nº 11.684/2008, que tornou obrigatório o ensino de Sociologia na educação básica, o que explica o fato de não ter tido contato formal com o currículo da disciplina durante sua trajetória escolar.

Apesar disso, relata que teve um primeiro contato com conteúdos da área no cursinho pré-vestibular que frequentava em uma instituição distinta da sua escola regular, no último ano do Ensino Médio. Ainda assim, ressalta que a abordagem era bastante superficial e distante das discussões desenvolvidas após a obrigatoriedade da disciplina. Ingressou em 2001 na Universidade Federal de Uberlândia, onde concluiu a licenciatura em Ciências Sociais no segundo semestre de 2004, tendo optado por não realizar a formação em bacharelado. Durante sua graduação, não participou de projetos de extensão, tampouco recebeu bolsas de pesquisa ou assistência estudantil.

Em seus relatos, a docente não identifica diretamente as temáticas de gênero e sexualidade como os principais desafios enfrentados no ensino de Sociologia, diferentemente dos demais participantes da pesquisa, em especial aqueles da região Centro-Oeste. Contudo, ao abordar as dificuldades que permeiam o exercício da docência, aponta com ênfase para a lacuna existente entre a formação recebida na licenciatura e as demandas práticas enfrentadas em sala de aula. Destaca que a formação docente que teve, embora tenha fornecido importantes referências teóricas, não a preparou adequadamente para lidar com discussões mais recentes e complexas da Sociologia, que exigem constante atualização por parte do educador.

Essa defasagem se expressa na percepção de que o currículo da licenciatura em Ciências Sociais não abarca, de maneira suficiente, a amplitude dos conteúdos exigidos no cotidiano escolar, tampouco prepara o futuro professor para mediar os conflitos e debates que

emergem nas salas de aula da educação básica. A docente avalia que os estágios supervisionados e as disciplinas pedagógicas oferecidas durante sua formação eram excessivamente teóricos e, por vezes, desconectados da realidade concreta do trabalho docente. Como resultado, a prática pedagógica passou a exigir dela, já em exercício profissional, um esforço adicional de pesquisa e formação continuada para suprir as lacunas formativas deixadas pela graduação.

No semestre passado eu dava uma trilha e dentro dessa trilha eu tinha que dar uma aula sobre inteligência artificial e identidades. É, que existe dentro da Sociologia pessoas que pesquisam sobre isso, só que é um assunto que eu nunca estudei, eu sou da época ainda em que internet nem era considerada meio de comunicação de massa, me formei nessa época ainda e aí de repente, eu tive que estudar sobre isso para dar aula sobre isso né, até que eu achei interessante porque me pressionou de alguma forma a ler um pouco sobre o assunto, a pesquisar o que são algumas coisas que a gente precisa realmente saber, mas em outras coisas assim, sem condições [...]. Tem professores que fazem projetos maravilhosos, mas eu sei é a custo de que né, a custo de muito trabalho extra, de muitos estudos fora da área deles de formação, então a licenciatura claro que ela não me formou pra isso. O meu curso de Ciências Sociais não me formou para isso, ele me formou pra dar aula de Sociologia assim mesmo grande parte das coisas eu aprendi na prática porque a Sociologia que a gente aprende na graduação é uma Sociologia muito mais profunda, muito mais teórica do que aquilo que você tem que dar no Ensino Médio, que é muito mais temático. Não estou reclamando, porque eu acho que a gente tem realmente que ter essa formação acadêmica aprofundada, que é o que vai te dar embasamento pra depois você trabalhar com propriedade outros temas. (Entrevista concedida ao Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez no dia 16/02/2024).

Seu depoimento evidencia, portanto, a persistente insuficiência das licenciaturas em Ciências Sociais na preparação dos futuros docentes para os desafios contemporâneos da escola pública, especialmente no que diz respeito à complexidade das questões sociais e políticas que atravessam o ensino da disciplina. Apesar de não mencionar diretamente a abordagem de temas como gênero e sexualidade, sua fala se insere no conjunto de relatos que denunciam a fragilidade da formação inicial diante da intensificação das exigências postas ao professor de Sociologia na atualidade.

3.2 Análise dos dados

Cabe destacar que o questionário utilizado nesta investigação, conduzida pelo Laboratório de Ensino de Sociologia Lélia Gonzalez, não continha, em sua formulação original, perguntas específicas sobre o ensino de gênero e sexualidade nas escolas. No entanto, tais temáticas emergiram de forma espontânea e recorrente quando os professores foram indagados sobre os principais desafios enfrentados no ensino da disciplina. Em uma

análise mais ampla das 52 entrevistas que compõem o conjunto total da pesquisa, observa-se que 30 docentes mencionaram a questão de gênero e sexualidade como um dos desafios contemporâneos do ensino de Sociologia, totalizando 47 referências ao tema. No recorte adotado neste estudo, composto por dez docentes da região Centro-Oeste, nove deles destacaram explicitamente essa temática como um elemento central de tensão e enfrentamento em sua prática profissional.

A análise dos dez perfis de docentes de Sociologia entrevistados revela padrões recorrentes em suas trajetórias de formação e atuação profissional, ao mesmo tempo em que evidencia singularidades importantes, especialmente relacionadas à geração, ao percurso acadêmico e às estratégias adotadas diante dos desafios impostos pelo contexto escolar contemporâneo.

Uma semelhança marcante entre os entrevistados é o ingresso na universidade pública, embora por percursos diversos. Em sua maioria, os docentes pertencem à primeira geração de suas famílias a acessar o ensino superior, o que indica os efeitos concretos da ampliação das políticas de democratização do ensino público, em especial nas Ciências Sociais. Experiências com bolsas de iniciação científica, projetos de extensão e programas de assistência estudantil são recorrentes e aparecem como elementos-chave para a permanência e o engajamento desses sujeitos na vida universitária, reforçando a relevância das políticas públicas de inclusão.

Contudo, a formação para o magistério é frequentemente apontada como deficiente. A maior parte dos professores relata uma formação teórica sólida, mas evidencia lacunas na dimensão prática da licenciatura, especialmente nos estágios supervisionados e nas disciplinas pedagógicas, muitas vezes percebidas como alheias à realidade cotidiana da escola pública. Mesmo entre aqueles que participaram ativamente de programas como PIBID, PET ou cursinhos populares, é comum o reconhecimento de uma distância entre a formação universitária e as demandas concretas da docência na educação básica.

No que diz respeito ao tempo de atuação, observa-se uma diversidade geracional entre os entrevistados: alguns possuem entre 1 e 5 anos de experiência, enquanto outros acumulam mais de 15 anos em sala de aula. Essa variação interfere nas percepções sobre as transformações ocorridas no campo da educação. Os docentes mais experientes tendem a identificar uma intensificação recente de discursos conservadores e reacionários na escola, ao passo que os mais jovens já ingressam em um cenário de tensões e vigilância institucional, especialmente em torno das temáticas de gênero e sexualidade.

A abordagem dessas temáticas constitui, aliás, um dos eixos centrais do estudo. Nove dos dez entrevistados mencionaram diretamente os temas de gênero e sexualidade como desafios concretos em sua prática docente. As dificuldades relatadas envolvem desde pressões institucionais e familiares até o receio de retaliações por parte de estudantes, colegas ou responsáveis. Soma-se a isso a insegurança quanto ao domínio conceitual e metodológico, frequentemente associada à ausência de uma formação sistemática sobre esses assuntos na licenciatura. Em alguns relatos, surgem episódios de violência simbólica e moral, assédio e vigilância por parte da comunidade escolar. Outros apontam, de forma mais positiva, o interesse e a receptividade dos estudantes, embora reconheçam a existência de um “clima” hostil às identidades dissidentes.

Uma diferença significativa entre os perfis analisados refere-se ao grau de apoio institucional. Enquanto alguns docentes relatam respaldo das gestões escolares para o desenvolvimento de práticas pedagógicas críticas, outros se sentem isolados, desamparados ou mesmo sobrecarregados, especialmente quando se vê sobre eles a expectativa de tratar isoladamente temas sociais complexos, como se tais abordagens fossem exclusivas das Ciências Humanas.

Também se destacam contrastes em relação ao ingresso na profissão docente. Alguns professores demonstram uma escolha intencional e precoce pela licenciatura, muitas vezes influenciados por experiências em movimentos sociais ou projetos populares de educação. Outros, contudo, relatam que a docência surgiu como alternativa secundária, um “plano B”, e que o compromisso com a profissão foi sendo consolidado no exercício prático da sala de aula.

Apesar dessas diferenças, é recorrente entre os entrevistados o compromisso ético-político com a função social da Sociologia. Diante da precarização das condições de trabalho e da ascensão de discursos ultraconservadores, todos os docentes expressam, em maior ou menor medida, o desejo de manter viva a dimensão crítica e reflexiva da disciplina, seja por meio do reconhecimento de seu valor formativo, seja pela responsabilidade com os sujeitos escolares com os quais atuam.

Segundo Paraíso (2017, p. 213),

Professoras criam espaços para estudar e para discutir sobre os temas gênero e sexualidade, para trocar ideias, leituras, conversas, em uma clara luta para impedir que se faça esse controle do currículo e para enfrentar essa tentativa de criminalização dos/as docentes.

Outro ponto recorrente nos relatos é a presença constante de medo e autocensura no trato com temas considerados “polêmicos” por determinados setores da sociedade. Em um

contexto marcado pela circulação acelerada de fake news e pelo uso político das redes sociais, os professores demonstram receio de que qualquer abordagem crítica possa ser descontextualizada e levada à esfera pública como denúncia. A atuação de movimentos conservadores e a retórica de perseguição docente, intensificada durante o governo de Jair Bolsonaro, contribuíram para a intensificação desses temores, afetando diretamente a liberdade pedagógica.

Como foi possível observar, o pânico moral que envolve as discussões de gênero e sexualidade tem marcado presença no debate público por meio de discursos inflamados de políticos, religiosos reacionários e das redes sociais (Paraíso, 2018). Por sua vez, esse ganho de proporção de discursos mais conservadores, suscita, nos alunos uma ânsia para que o tema seja discutido em sala de aula. No entanto, a proliferação da tentativa de controle do que pode ou não ser dito na escola, por meio de slogans como “ideologia de gênero”, impacta diretamente na sensação de segurança do docente em abordar determinados temas, fazendo com que este muitas vezes se mantenha em silêncio.

Paraíso aponta para o fato de que a análise do currículo das escolas mostra que “gênero e sexualidade estão nos currículos formatando corpos, regulando condutas, normalizando, dividindo, hierarquizando, segregando e entristecendo muita gente”. (2018, p. 214-215).

Esse cenário de incerteza, combinado com o desafio ainda presente de consolidação da Sociologia como disciplina obrigatória no currículo escolar, favorece processos de silenciamento, especialmente quando o professor não encontra respaldo institucional claro. Em várias situações, os docentes relatam acúmulo de funções, sobretudo os da área de Ciências Humanas, sobre os quais recai a responsabilidade de mediar temas socialmente sensíveis, como se a problematização das desigualdades sociais fosse tarefa exclusiva de determinadas disciplinas.

A sobrecarga se acentua quando o professor é interpelado para atuar em questões que extrapolam o seu papel pedagógico formal. Um dos relatos, por exemplo, menciona a necessidade de intermediação direta com pais de alunos para discutir o uso do nome social por uma estudante trans, revelando como temas ligados a gênero e sexualidade acabam sendo atravessados por conflitos que exigem habilidades, respaldo e infraestrutura que nem sempre estão disponíveis ao docente.

Apesar das descrições de um ambiente muitas vezes hostil à discussão de temas ligados às diferenças, alguns relatos apontam para experiências mais positivas, marcadas por tentativas de construção de espaços de acolhimento. Tais experiências, no entanto, são

sempre associadas à presença ativa da coordenação pedagógica e ao engajamento do corpo docente como um todo, o que reforça a importância do apoio institucional e do trabalho coletivo na sustentação de práticas pedagógicas democráticas e críticas.

Os relatos apresentam caminhos e maneiras pelas quais pode se pensar em um espaço escolar, que segundo Vencato (2014), necessita repensar a forma como ensina determinados conteúdos, práticas e ações de modo a “trocar o silêncio e a ausência confortável dos diálogos pelo desconforto de falar sobre coisas do cotidiano escolar” (Vencato, 2014, p. 53).

Conforme exposto também por Balieiro e Risk (2014, p. 173)

Uma pedagogia que leva em conta o reconhecimento das diferenças deve tornar explícito o conteúdo muitas vezes imperceptível, mas violento, de alguns tipos de interação, valores e práticas presentes na instituição escolar, com o propósito de intervir para que esse ambiente se torne mais receptivo e democrático.

Nesse sentido, é fundamental dar visibilidade às desigualdades e à violência que decorrem do cumprimento de uma série de regras e convenções culturais que estão enraizadas no espaço escolar, existe neste espaço uma pedagogia de gênero e sexualidade que opera, sobretudo, por meio da violência e do silenciamento, moldando os indivíduos a partir daquilo que é esperado socialmente ou do que é aceitável dentro dos comportamentos sociais. Questionar a neutralidade de determinadas práticas e mesmo do currículo convencional da escola é um importante passo na busca por uma escola mais acolhedora.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou refletir sobre as experiências e tensões vividas no cotidiano escolar envolvendo o ensino de Sociologia, com especial atenção às resistências enfrentadas pelos docentes ao abordar questões de gênero e sexualidade. A exposição dessas vivências revelou não apenas a urgência de se considerar o lugar da escola frente a essas temáticas, mas também a complexidade que envolve o fazer docente em meio a disputas políticas e culturais que atravessam o espaço educacional. A escola, ao naturalizar determinados fatos sociais, frequentemente inviabiliza debates críticos sobre identidade, negando aos sujeitos a possibilidade de vivências mais livres e seguras.

As experiências analisadas neste estudo demonstram que a escola, que muitas vezes se apresenta como espaço neutro, está profundamente imersa nas construções sociais que moldam as relações de gênero e sexualidade. As práticas pedagógicas, mesmo quando silenciam essas questões, refletem e reproduzem normas baseadas na heterossexualidade compulsória, invisibilizando identidades dissidentes. Os relatos dos professores evidenciaram que essa invisibilidade não é casual, mas resultado de um processo ativo de desconsideração das diferenças, que vem sendo intensificado nas últimas décadas.

O cenário atual é preocupante: as questões de gênero e sexualidade têm sido alvo de ataques sistemáticos, instrumentalizados em discursos políticos que buscam deslegitimar tanto os conteúdos quanto os próprios docentes. Nesse contexto, destaca-se o papel da Sociologia como disciplina que ainda luta por reconhecimento dentro do currículo do Ensino Médio. Tal condição reforça as dificuldades enfrentadas por professores que, além de lidar com a fragilidade institucional da disciplina, enfrentam resistências ideológicas à sua prática pedagógica.

A proteção ao trabalho do docente torna-se essencial, e a atuação da coordenação escolar se mostra estratégica nesse processo, oferecendo respaldo diante de possíveis conflitos com a comunidade escolar. No entanto, a retirada das referências a gênero e sexualidade da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a ascensão de governos autoritários, que mobilizam o pânico moral para cercear o debate nas escolas, representam retrocessos significativos. Ainda assim, a escola permanece como um espaço de resistência, capaz de promover a convivência com as diferenças e a desconstrução de normas excludentes.

Nesse sentido, torna-se imprescindível o investimento em práticas educativas que incentivem a reflexão crítica sobre as identidades de gênero e sexualidade, reconhecendo o papel do professor como agente institucional que pode tanto reproduzir, quanto transformar as normas historicamente estabelecidas. A Sociologia, ao propor o estranhamento daquilo que é tido como natural, contribui de maneira decisiva para a construção de um espaço escolar mais democrático, plural e acolhedor. Mesmo diante de um contexto adverso, é possível vislumbrar caminhos para consolidar uma educação comprometida com os direitos humanos e com o respeito à diversidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABGLT, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais. As experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: Secretaria de Educação da ABGLT, 2016.

ANTUNES, Fabricio Pupo; DUQUE, Tiago. Agência, gênero e sexualidade dissidentes na escola: experiências de jovens e professores/as em Mato Grosso do Sul. *Revista Debates Insubmissos*, v. 3, p. 272-294, 2021.

ANTUNES, F. P. Gênero e sexualidade no espaço escolar: desafios e percepções dos(as) professores(as) diante da produção das identidades dos(as) adolescentes. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). *A conversa sobre sexualidade do adolescente na escola*. 1. ed. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2022. v. 1, p. 233-253.

ANTUNES, F. P.; DUQUE, T. A produção das identidades em ambiente escolar: experiências contemporâneas de jovens dissidentes de gênero e sexualidade nas escolas de Mato Grosso do Sul inspirados na obra *A Garota Dinamarquesa*. In: *17ª Feira Brasileira de Ciências e Engenharia*, 2019, São Paulo. Resumos FEBRACE 2019. São Paulo: EPUSP, 2019. v. 1. p. 219-219.

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Nota da ANTRA sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas trans. Antra Brasil, 2020.

BALIEIRO, Fernando.; RISK, Eduardo. Escola e sexualidades: uma visão crítica à normalização. In: MISKOLCI, Richard; JÚNIOR, Jorge Leite (Orgs.). *Diferenças na educação: outros aprendizados*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014. p. 149-198.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *cadernos pagu*, n. 53, Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2018.

BARBOSA, I. I.; OLIVEIRA, A. O “combate à ‘ideologia de gênero’” e o impacto sobre o ensino de ciências humanas sociais. *Acta Scientiarum. Education*, 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*. Florianópolis, mai./ago., p. 549-559, 2011.

BIROLI, Flávia. *A reação contra o gênero e a democracia* | Nueva Sociedad, 2019. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/reacao-contr-o-genero-e-democracia/>>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos Machado. Gênero, Neoconservadorismo e Democracia: Disputas e Retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOF, Alvana Maria; CASEIRO, Luiz Zalaf; MUNDIM, Fabiano Cavalcanti. Carência de professores na educação básica: risco de apagão? *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, v. 9, p. 11-49, 2023.

BONN, Scott A. Moral panic: who benefits from public fear? *Psychology Today*, 20 jul. 2015. Disponível em: <https://www.psychologytoday.com/us/blog/wicked-deeds/201507/moral-panic-who-benefits-public-fear>. Acesso em: 06 de abril de 2025.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – a subversão da identidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. PNE em Movimento: Construindo indicadores educacionais nos municípios. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC/SASE, 2014.

Brasil: Ataques à Educação sobre Gênero e Sexualidade. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2022/05/12/brazil-attacks-gender-and-sexuality-education>>.

CNN BRASIL. Em alerta por ameaças e retrocessos, feministas argentinas marcham contra políticas de Milei. *CNN Brasil*, 4 jun. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-alerta-por-ameacas-e-retrocessos-feministas-argentinas-marcham-contra-politicas-de-milei/>. Acesso em: 06/06/2025.

COCHRANE, Angus. *Suprema Corte do Reino Unido decide que definição legal de mulher é baseada no sexo biológico*. 16 abr. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c93g19qe1v2o>. Acesso em: 06/06/2025.

COHEN, Stanley. *Folk devils and moral panics: the creation of mods and rockers*. London: MacGibbon & Kee, 1972.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DRENON, Brandon. “Por que Trump trava ‘batalha’ contra Harvard e outras universidades de prestígio dos EUA”. *BBC News Brasil*, 14 abr. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn804kxz75jo>. Acesso em: 25/04/2025.

EXAME. Leia na íntegra o discurso de Bolsonaro na Assembleia da ONU. *Exame*, 21 set. 2021. Disponível em: <https://exame.com/brasil/leia-na-integra-o-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-da-onu/>. Acesso em: 06 de abril de 2025.

FERNANDES, Daniela. *Ensino de igualdade de gênero gera boicote a escolas na França*. *BBC News Brasil*, 29 jan. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/01/140129_franca_escolas_igualdade_genero_df_cc. Acesso em: 06/06/2025.

G1. *Ministro da Educação diz que gays vêm de “famílias desajustadas” e que acesso à internet não é responsabilidade do MEC*. G1, 24 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/24/ministro-da-educacao-diz-que-gays-vem-de-familias-desajustadas-e-que-acesso-a-internet-nao-e-responsabilidade-do-mec.ghtml>. Acesso em: 14 fev. 2025.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A pedagogia do armário: a normatividade em ação. Retratos da escola, p. 481-498. Brasília, 2013.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Revista Sexualidade, Saúde e Sociedade*, Rio de Janeiro, 2019.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade; LIMA, Isabelly Cristiany Chaves. O neoconservadorismo religioso e heteronormatividade: a “bolsonarização” como produção de sentido e mobilização de afetos. *Cadernos de Campo: revista de ciências sociais*, Araraquara, n. 28, p. 325-350, jan./jun. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. *Corpo, gênero e sexualidade – um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós-estruturalista*. 16. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 19, n. 2. 2008.

MESSEMBERG, D.; CAMARGOS, B. Os propagandistas do ódio: o bolsonarismo-raiz em ação. *Análise Social*, 2024.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 3, p. 590–621, 2016.

MISKOLCI, Richard. *Marcas da diferença no ensino escolar*. 1. reimpr. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2014.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *cadernos pagu*, Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2007.

MISKOLCI, Richard. *Quem tem medo de Judith Butler*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2018.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, p. 725-748, set./dez. 2017.

MISKOLCI, Richard; JÚNIOR, Jorge Leite. *Diferenças na educação: outros aprendizados*. 20. ed. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2014.

MOURA, F. P.; SALLES, D. da C. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 9, p. 136–160, 2018.

OLIVEIRA, A.; FERNÁNDEZ, A. S. A ascensão dos populismos e a crise democrática: desafios para o ensino das ciências humanas e sociais hoje. *Acta Scientiarum. Education*, 2023.

OLIVEIRA, A.; MELO, Marina Félix; PEQUENO, Mayres; RODRIGUES, Quemuel Baruque. O perfil dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq em Sociologia. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 24, n. 59, p. 170–198

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo, gênero e heterotopias em tempo do slogan “ideologia de gênero”. In: LOPES, Aline Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza A. R. Martins; OLIVEIRA, Gustavo Gilson Souza (Orgs.). *Os gêneros da escola*. 1. ed. Recife: UFPE, 2018.

PELÚCIO, Larissa. Gênero na escola. In: MISKOLCI, Richard; JÚNIOR, Jorge Leite (Orgs.). *Diferenças na educação: outros aprendizados*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014. p. 106-119.

REZENDE, Constança. *Com palavrão, Bolsonaro se defende de acusação de racismo*. *Uol Notícias*, 28 ago. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/08/28/com-palavrão-bolsonaro-se-defende-de-acusacao-de-racismo.htm>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ROMANCINI, Richard. *Do "kit gay" ao "monitor da doutrinação": a reação conservadora no Brasil*. *Revista Contracampo*, v. ago./no., n. 2, p. 87-108, 2018.

RUBIN, Gayle S. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: VANCE, C. (Org.). *Pleasure and Danger*. London: Routledge & Kegan Paul, 1984, p. 143-178.

SADI, Andréia. *Entrevista: Erika Hilton fala sobre identidade de gênero e visto negado nos EUA*. *G1*, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2025/04/16/entrevista-erika-hilton-genero-visto-eua.ghtml>. Acesso em: 25/04/2025

SEFFNER, Fernando; BORRILLO, Daniel; RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Gênero e sexualidade: entre a explosão do pluralismo e os embates da normalização. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, v. 18, n. 1, p. 5-9, jan/abr, 2018.

SEVILLA, Gabriela; SEFFNER, Fernando. *A guinada conservadora na educação: reflexões sobre o novo contexto político e suas reverberações para a abordagem de gênero e sexualidade na escola*. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress*, Florianópolis, Anais eletrônicos [...], 2017.

SILVA, Elder Luan dos Santos. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. *História histórias*, v. 8, n. 16, p. 143–169, 2020.

SOFIA, Júlia. *Itália proíbe uso de gênero neutro em escolas públicas*. *VEJA*, 21 mar. 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/italia-proibe-uso-de-genero-neutro-em-escolas-publicas/>. Acesso em: 06/06/2025.

VENCATO, Ana Paula. Diferenças na escola. In: MISKOLCI, Richard; JÚNIOR LEITE, Jorge (Orgs.). *Diferenças na educação, outros aprendizados*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014. p. 19-56.

“Ideologia de gênero” - uma narrativa fantasiosa e moldável | Heinrich Böll Stiftung - Rio de Janeiro | Brasil. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2022/07/28/ideologia-de-genero-uma-narrativa-fantasiosa-e-moldavel#_ftnref10>. Acesso em: 14 fev. 2025.